

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: AUDITORIA

**AUDITORIA INTERNA: O CONTRIBUTO NA MELHORIA DA GESTÃO DE  
RISCOS DE UMA EMPRESA CABO-VERDIANA**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Instituto Superior  
de Ciências Económicas e Empresariais, como parte dos  
requisitos parciais para a obtenção do grau de licenciatura  
em Contabilidade e Administração – Ramo Auditoria

Ana Rosa da Veiga Lopes

Maio de 2013

**Dados Gerais da Aluna**

Nome: Ana Rosa da Veiga Lopes

Endereço: Concelho da Praia, Freguesia de Nossa Senhora da Graça

Telefone: 2645156; Móvel: 9202167

Correio electrónico: ana76martins@hotmail.com

**Dados do professor orientador:**

Nome: Amílcar Melo

Correio electrónico: agmelo-71@hotmail.com

**Período de tempo em que decorre a monografia:**

Início: Novembro/2012

Conclusão: Maio/2013

**O Orientador :**

Amílcar Melo

---

**A Aluna:**

Ana Rosa da Veiga Lopes

---

Maio de 2013

Dedico este trabalho à minha filha Évica Romise Martins, ao meu filho Esteven Júnior Martins e ao meu marido e companheiro Estevão Vaz Martins, que ao longo deste percurso souberam ser pacientes e compreensivos, cooperando de uma forma peculiar para que esta etapa final do curso seja possível.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela sua bênção, inteligência e coragem que me concedeu ao longo deste curso e pela capacidade de elaborar e cumprir este trabalho;

Ao meu orientador (Amílcar Melo), pela disposição dedicação e orientação a mim destinadas;

Ao ISCEE, pela oportunidade concedida de estudar na sua universidade;

À empresa ENAPOR, pela disponibilização de dados e informações;

Aos professores (Manuela Barreto, Carlos Reis, Osvaldo Borges, César Tavares, Lourdes Pires), pela contribuição com documentos para a elaboração do trabalho;

Aos demais professores com quem tive oportunidade de estudar desde o primeiro ano do curso, pela contribuição, amizade e conhecimentos compartilhados;

À amiga Maria de Fátima Vieira, pela disponibilização do computador que sobremaneira serviu na elaboração deste trabalho;

Aos meus colegas, amigos e a todos os demais que directa ou indirectamente me auxiliarem sempre que necessitei;

À toda a minha família e amigos, pela compreensão da minha indisponibilidade de convivência nos diversos momentos em que estive ausente, no acto da elaboração deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho busca analisar o contributo da Auditoria Interna na melhoria da gestão de riscos de uma empresa cabo-verdiana. Auditoria Interna é uma ferramenta importante e eficaz para a melhoria da gestão de riscos da empresa pois, ela identifica e avalia áreas que requeiram atenção especial, identifica problemas e insuficiências que careçam de solução e a partir daí, propõe medidas com vista a eliminar ou atenuar as principais deficiências detetadas. Ela proporciona vantagens imprescindíveis como eficácia do controlo interno, simplificação do trabalho do auditor externo, proteção do património da empresa contra actos indesejáveis e a própria melhoria no desempenho dos órgãos da gestão. É o suporte necessário dos órgãos da administração para auxiliá-los na melhoria da gestão e minimização dos riscos, identificando áreas críticas e sugerindo correções que proporciona melhores resultados à organização a nível geral, contribuindo para uma gestão de riscos eficaz.

### ABSTRACT

This paper analyzes the contribution of internal audit in improving risk management of a Cape Verdean company. Internal Audit is an important and effective tool for improving risk management company, because it identifies and appraise sections that require special attention, identifies problems and weaknesses that require solution and thereafter, proposes measures to eliminate or mitigate major deficiencies. It provides essential advantages as effectiveness of internal control, simplifying the work of the external auditor, the company's heritage protection against undesirable acts and the very organ improvement in performance management. It is the necessary support of government agencies to assist them in improving the management and minimizing risk, identifying critical sections and suggesting corrections that the organization gives better results at a general level, contributing to effective risk management.

“Um serviço de Auditoria Interna não pode perder de vista que deve funcionar como um instrumento de gestão ao serviço da organização (...), procurando identificar e analisar as causas e os riscos que lhe estão associados, avaliar as suas consequências e propor soluções de melhoria.” (MARQUES, 1997, P.76)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES, QUADROS E GRÁFICOS

### A. ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Atividades de Auditoria Interna.....	21
Figura 2 - Objetivos que orientam as análises de Auditoria Interna e Externa.....	28
Figura 3 - Tipos de controlo interno.....	31
Figura 4 - Processo de gestão de riscos.....	38
Figura 5 - Caraterísticas da pesquisa qualitativa.....	50

### B. QUADROS

Quadro I – Tipos de Auditoria.....	16
Quadro II – Principais diferenças entre Auditoria Interna e Auditoria Externa.....	27
Quadro III - Atividades e gestão de riscos antes da Auditoria Interna.....	54
Quadro IV - Atividades e contributos da Auditoria Interna relativamente à gestão de riscos.....	57

### C. GRÁFICOS

Gráfico I - Avaliação de parâmetros antes da implementação da Auditoria Interna.....	53
Gráfico II - Avaliação de parâmetros após a implementação da Auditoria Interna.....	56



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants  
CEC – Código das Empresas Comerciais  
COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission  
CROC – Camara dos Revisores Oficiais de Contas  
GR – Gestão de Riscos  
IFAC – International Federation of Accountants  
IGF – Inspeção Geral de Finanças  
IIA –Institute Of Internal Auditors  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna  
ISA - Normas Internacionais de Auditoria.  
ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais  
OPACC – Ordem profissionais dos Auditores e Contabilistas Certificados  
PCGA – Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites  
PEFA - Avaliação da Gestão de Finanças Públicas em Cabo Verde  
ROSC - Relatório sobre a Avaliação de Normas e Práticas  
SNCRF - Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.  
TC – Tribunal de Contas  
UEC – Union Européenne des Experts Comptables, Economiques et Financiers

## INDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>CAPÍTULO I – Enquadramento teórico</b>	15
<b>1. AUDITORIA</b>	15
1.1 Tipos	16
1.1.1 Auditoria Interna	17
1.1.1.1 Conceptualização e evolução	17
1.1.1.2 Tipos	19
1.1.1.3 Funções, atividades e objetivos	20
1.1.1.4 Importância e vantagens	23
1.1.2 Auditoria Externa	25
1.1.2.1 Conceito e objetivos	25
1.2 Semelhanças entre Auditoria Interna e Externa	26
1.3 Diferenças entre Auditoria Interna e Externa	26
<b>2. CONTROLO INTERNO</b>	29
2.1 Conceitos e objetivos	29
2.2 Tipos	30
2.3 Controlo Interno e Auditoria Interna	32
<b>3. AUDITORIA INTERNA E GESTÃO DE RISCOS</b>	34
3.1 A responsabilidade e o contributo da Auditoria Interna na melhoria da gestão de riscos	35
3.2 Auditoria Interna e o processo de gestão de risco	37
3.3 Auditoria Interna e os factores de risco de uma empresa	39
3.4 Auditoria Interna e avaliação de riscos de fraude	41
<b>4. AUDITORIA EM CABO VERDE</b>	45
4.1 Breve historial	45
4.2 A prática de Auditoria Interna	46
4.3 A prática de Auditoria Externa e normas aplicadas	47
4.4 O ensino de Auditoria	48

<b>CAPÍTULO II – Apresentação e análise dos Resultados</b> .....	49
2.1 Situação da empresa antes da Auditoria Interna.....	52
2.2 Situação da empresa depois da Auditoria Interna.....	55
<b>CAPÍTULO III – Considerações finais</b> .....	59
<b>CAPÍTULO IV – Referências</b> .....	61
<b>ANEXO A</b> - Plano de estudo para Licenciatura <i>Bi-Etápica</i> em Contabilidade e Administração no ISCEE.....	64
<b>ANEXO B</b> - Empresas com contabilidade organizada em cabo verde .....	66
<b>APÊNDICE A</b> - Questionário I.....	68
<b>APÊNDICE B</b> - Questionário II.....	71

## INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna é uma atividade que vem sendo estimulada em Cabo Verde, atendendo ao reconhecimento do valor acrescentado que proporciona à organização a nível geral e em especial à administração, no que tange à ajuda na gestão eficaz dos riscos através da sua avaliação e até mesmo na redução e prevenção de riscos, contribuindo assim, para uma melhoria significativa neste aspeto. Contudo, há uma necessidade urgente de aprimoramento desta atividade em Cabo verde, pela escassez que se verifica em termos de empresas detentoras da referida atividade e até mesmo pela carência de manuais em Língua Portuguesa nesta área.

Com a extensão da atividade da Auditoria Interna torna-se útil se consciencializar sobre a impossibilidade de conceber uma abrangente gestão de riscos empresariais sem se considerar, de alguma forma, o envolvimento desta função como instrumento de identificação de vulnerabilidades e, até mesmo, de auxílio à implementação de processos de correção e melhoria das organizações.

Na sequência da licenciatura em Contabilidade e Administração, ramo Auditoria no Instituto Superior das Ciências Económicas e Empresariais, surge o presente Trabalho Final do Curso, subordinada ao tema “*Auditoria Interna: o contributo na melhoria da gestão de riscos de uma empresa cabo-verdiana*”, cuja pretensão é analisar o contributo desta na melhoria da gestão de riscos de uma empresa.

A presente investigação parte do seguinte problema de pesquisa: *De que forma a Auditoria Interna contribui para a melhoria da gestão de riscos numa empresa cabo-verdiana?*

Considera-se como hipótese que a Auditoria Interna é uma ferramenta eficaz para a melhoria da gestão de riscos de uma empresa.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o contributo que a Auditoria Interna confere a uma empresa cabo-verdiana na melhoria da gestão de riscos. Entretanto, para o cumprimento deste, pretende-se:

- Compreender a responsabilidade do auditor interno na melhoria da gestão de riscos;
- Reconhecer a importância da Auditoria Interna para a gestão de riscos;
- Evidenciar as contribuições que a Auditoria Interna confere à administração na gestão de riscos;
- Verificar o reconhecimento do contributo da Auditoria Interna na avaliação da gestão de riscos, pela administração;
- Identificar o estágio da evolução da Auditoria Interna em Cabo Verde.

Acredita-se que o trabalho final possa vir a constituir um contributo relevante a nível profissional e científico.

Profissionalmente proporcionará reflexões aos profissionais da área sobre a contribuição que a Auditoria Interna confere à administração para uma gestão de riscos eficaz das empresas, em especial cabo-verdianas.

Em termos científico, contribuirá para uma análise sobre a importância da Auditoria Interna como instrumento de apoio à organização na melhoria da gestão de riscos, visto que é um tema “recente” e pouco implementado nas empresas cabo-verdianas.

A metodologia seguida para a elaboração deste trabalho inclui duas abordagens: A primeira foi a da consulta bibliográfica seletiva e analítica nas bibliotecas, consultas de documentos como normas, documentos e trabalhos disponíveis na Web que de forma direta ou indireta abordam o tema objeto deste trabalho, contribuindo para a fundamentação teórica deste.

A segunda abordagem, utilizada na parte prática, foi a qualitativa através de dois inquéritos por questionário elaborados com base num conjunto sistemático de perguntas maioritariamente curtas e fechadas e algumas abertas com o intuito de dar liberdade de opinião ao inquirido sobre determinados aspetos considerados importantes para a conclusão do trabalho. Apesar de considerar a entrevista o melhor método para o tipo de análise que pretendia fazer, o facto da sede da empresa analisada se situar em São Vicente não permitiu que tal fosse possível. Daí, a causa da opção pelo questionário.

Um dos inquéritos aborda questões relacionadas as atividades e gestão de riscos da empresa antes da implementação de Auditoria Interna, e outro, depois da implementação desta.

O inquérito foi enviado via correio eletrónico, sob a responsabilidade do órgão da gestão do Porto da Cidade da Praia ao Responsável do Departamento de Auditoria Interna da entidade, localizado na ilha de São Vicente.

Entende-se melhor utilizar esta abordagem, por ser a forma mais adequada que permite realmente perceber a existência e as alterações ocorridas na ausência e na presença de Auditoria Interna, permitindo assim fazer uma análise relacional, comparando-as com os padrões e, consequentemente chegar a uma melhor conclusão sobre a pergunta de partida da pesquisa inserido nesta investigação.

O problema convertido em pergunta de partida apresentado anteriormente orienta a estruturação deste trabalho que, para além desta introdução em que se indica o tema, os objetivos a atingir, a metodologia seguida, o problema, a hipótese e a justificativa, encontra-se dividida em quatro capítulos.

*No primeiro capítulo*, dividido em quatro pontos, abordam a fundamentação teórica que sustentam temas relacionados com a Auditoria, o controlo Interno, a Auditoria Interna e Gestão de Riscos e a Auditoria em Cabo Verde.

*No primeiro ponto do capítulo*, indica-se os tipos de Auditoria, dos quais se centra sobre a Auditoria Interna em que se refere a sua conceptualização e evolução, identifica-se as suas funções, atividades e objetivos, a sua importância e vantagens. Ainda neste ponto, fala-se um pouco sobre o conceito e objetivos da Auditoria Externa e apresenta-se as semelhanças e diferenças entre as Auditorias Interna e Externa.

*No segundo ponto*, faz-se referência aos conceitos e objetivos do controlo interno, identifica-se os vários tipos de controlo interno e relaciona-se o Controlo Interno com a Auditoria Interna.

*No terceiro ponto* do primeiro capítulo, apresenta-se os principais conceitos relacionados a Auditoria Interna e gestão de riscos, identifica-se a sua responsabilidade e o contributo na melhoria de gestão de riscos, relaciona-se a Auditoria Interna com o processo de Gestão de riscos, aborda-se sobre Auditoria Interna e os fatores de riscos da entidade e ainda faz-se a sua referência na avaliação de riscos de fraude.

*No quarto e último ponto*, apresenta-se o assunto Auditoria em Cabo Verde, subdividido em quatro secções que abordam um breve historial da Auditoria em Cabo Verde, a prática de Auditoria Interna, a prática de Auditoria Externa e normas aplicadas e o ensino de Auditoria em Cabo Verde.

*No segundo capítulo*, apresenta-se e analisa-se os dados recolhidos do estudo do caso de uma empresa cabo-verdiana.

*No terceiro capítulo*, apresenta-se as considerações finais julgadas mais relevantes que se podem extrair deste trabalho, atendendo aos objetivos previamente definidos, à pergunta de partida, à hipótese e ao estudo do caso efetuado.

*No último capítulo*, faz-se referência as bibliografias que serviram de base na redação da fundamentação teórica e do estudo de caso realizado no segundo capítulo do trabalho.

## **CAPÍTULO I - Enquadramento teórico**

### **1. AUDITORIA**

O presente ponto visa apresentar as teorias de base que abordam os conceitos e objetivos da Auditoria bem como a sua classificação, com o propósito de contextualizar a Auditoria Interna.

A Auditoria é o exame das demonstrações financeiras elaboradas pela administração da empresa por um profissional qualificado e independente da entidade com o objetivo de verificar o cumprimento das leis e regulamentos utilizados e a adequação dos mesmos aos Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA), para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas.

Conforme Morais e Martins (2003, p.14), “a auditoria é um processo sistemático de objetivamente obter e avaliar prova acerca da correspondência entre informações, situações ou procedimentos e critérios pré-estabelecidos, assim como comunicar conclusões aos interessados”.

Sendo assim, tendo o trabalho do auditor como objetivo principal o exame às demonstrações financeiras para a emissão de parecer sobre a sua adequação com os princípios contabilísticos, este deve ser devidamente planeado, organizado e estruturado sequencialmente, de modo a obter evidências que sustentam a sua opinião que por sua vez deve ser independente e isenta.

“Falar de auditoria é fazer referência àquela que temos vindo a desenvolver sobre as demonstrações financeiras de uma empresa e entidade por um profissional qualificado e necessariamente externo em relação a empresa.” (COSTA 1998, p. 32).



Não havendo grandes divergências entre os autores citados acima, generaliza-se o conceito de Auditoria como uma atividade exercida por um profissional independente à organização que examina, verifica e avalia as operações, transações e procedimentos contabilísticos da entidade, com vista a emitir um parecer sobre o uso adequado das normas e PCGA.

Pode-se dizer que a Auditoria é uma função de controlo de qualidade quer no âmbito de controlo interno como no âmbito de gestão.

### 1.1 Tipos

O quadro seguinte apresenta os diversos tipos de Auditoria classificados mediante diferentes critérios por Moraes & Martins (2003, p.14):

**Quadro I**  
**Tipos de Auditoria**

CRITÉRIOS	TIPOS DE AUDITORIA
Quanto ao conteúdo e fins	Auditoria das demonstrações financeiras
	Auditoria de conformidade
	Auditoria operacional
Quanto à extensão	Auditoria Geral
	Auditoria parcial
Quanto à frequência	Auditoria Permanente
	Auditoria ocasional
Quanto à posição do sujeito	Auditoria Interna
	Auditoria Externa
Quanto à temporalidade	Auditoria de informação histórica
	Auditoria da informação prosecutiva
Quanto à obrigatoriedade	Auditoria de fonte legal
	Auditoria contratual

**Fonte:** Adaptado de Moraes & Martins, 2003, pág. 14

Mediante este conjunto de Auditorias apresentadas no quadro acima torna-se útil a existência de critérios para as suas classificações, embora não exista grandes convergências entre os diferentes autores<sup>1</sup> na identificação e classificação dos diferentes tipos de Auditoria que hoje se vão realizando.

### **1.1.1 Auditoria Interna**

Nesta parte, destaca-se o estudo sobre a importância da Auditoria Interna para a organização, de modo a verificar as vantagens ou benefícios que esta proporciona, contribuindo para a prossecução do objetivo geral deste trabalho.

Contudo, apresenta-se também, o conceito e evolução da Auditoria Interna bem como as suas funções, atividades e objetivos como forma de um melhor cumprimento do objetivo.

#### **1.1.1.1 Conceptualização e evolução**

A Auditoria Interna tem evoluído ao longo dos tempos mas, ultimamente, essa evolução foi notória, tendo em consideração ao fenómeno globalização, crescimento mundial da economia, expansão da atividade empresarial e até mesmo as vantagens e benefícios que esta proporciona às entidades, diante da competitividade empresarial e negocial.

Auditoria Interna é uma atividade independente e objetiva, de garantia e de consultoria, que através de uma abordagem sistemática e disciplinada, ajuda a organização a alcançar os seus objetivos, na avaliação da eficácia dos processos de gestão do risco, de controlo e de governação cuja finalidade é a acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização. (IIA, 2009, P.10)

Percebe-se pela definição do IIA, que a Auditoria Interna não deve ser influenciada no decorrer da sua atividade, isto é, deve ser isenta de opiniões alheias e deve ser

---

<sup>1</sup> Cf. Marques (1997, p.33-39)

devidamente planeado com base nas normas de forma a contribuir para a prossecução dos objetivos da empresa.

Auditoria Interna é uma ação complementar às outras atividades desenvolvidas pela entidade, como as de controlo e de administração, no auxílio ao cumprimento dos objetivos previamente delineados.

É efetuada por profissionais da entidade, organizados num departamento dependendo unicamente da administração, com o principal objetivo de auxiliar a administração no bom desempenho das suas tarefas através de avaliações, sugestões e recomendações, como veremos mais adiante.

Conforme Nabais (1988, p.80), "a Auditoria Interna é resumida como uma atividade de *staff* por se proporcionar à administração dados, análises, avaliações e sugestões sobre as atividades auditadas."

Confrontando as definições supracitadas, nota-se que há algumas convergências em termos da finalidade de atividade da Auditoria Interna – auxiliar a organização no alcance dos seus objetivos e, posicionamento<sup>2</sup> desta - *staff* mas, constata-se também, que a definição do IIA foi mais abrangente, indo de encontro das necessidades atuais das entidades como a prevenção de perdas.

Constata-se que houve uma modificação e evolução do paradigma de Auditoria Interna como função de controlo contabilístico para a Auditoria Interna com foco na prevenção e gestão de riscos de todos os níveis.

Atendendo a Morais e Martins (2003, P.60-61) a Auditoria Interna esteve sempre evoluindo ao longo dos tempos passando pelo seguinte estágio de evolução:

---

<sup>2</sup> A Auditoria Interna deve ocupar uma posição privilegiada, subordinada única e diretamente à presidência da organização.

- 1941 - Criação do IIA – *The Institute of Internal Auditors* EUA;
- 1947 - Surgimento do “*Statement of responsibilities of the internal auditor*”;
- 1978 - Aprovação dos “*Standards for the Professional Practice of Internal Auditing*”(SIAS);
- 1982 - Emissão da diretriz internacional nº 10 do IFAC – *International Federation of Accountants* nos EUA;
- 1992 - Criação do IPAI – Instituto Português dos Auditores Internos em Portugal.

Assim, ficam evidentes os grandes passos da Auditoria Interna ao longo dos tempos, evoluindo paralelamente com o crescimento, expansão e diversificação das atividades empresariais a nível mundial, desafiando-a cada vez mais, exigindo respostas às suas necessidades para o melhor desempenho operacionais.

#### 1.1.1.2 Tipos

Conforme Pinheiro (2010, p.60-62), a Auditoria Interna pode efetuar as seguintes Auditorias, atendendo as funções que desempenham:

- **A Auditoria operacional** - eficiência e eficácia no controlo;
- **Auditoria de sistemas de informação** – revisão e avaliação da informação e sistemas de controlo;
- **Auditoria de procedimentos ou cumprimento** – observância do cumprimento íntegro dos procedimentos que garantem a salvaguarda dos ativos contra perdas;
- **Auditoria contabilística e financeira** – avaliação da fiabilidade e integridade da informação financeira;
- **Auditoria de investigação** – investigação de apropriação indevida dos ativos das empresas;
- **Auditoria de qualidade** – avaliação de normas ou padrões de qualidade no âmbito da certificação do processo de faturação;

- **Auditoria fiscal** – avaliação da eficiência e eficácia dos aspetos fiscais no tratamento das operações;
- **Auditoria ambiental** – avaliação do cumprimento das normas ambientais vigentes;
- **Auditoria de follow-up** – avaliação do grau de implementação das recomendações formuladas nos relatórios anteriores.

Verifica-se que a Auditoria Interna é uma atividade vasta, na medida em que engloba todas as atividades de análise e avaliação da empresa nos mais variados aspetos.

#### 1.1.1.3 Funções, atividades e objetivos

A Auditoria Interna possui funções, atividades e objetivos específicos que devem ser bem definidos pela entidade, na medida em que cada entidade possui o seu ambiente envolvente, a sua dimensão e a sua finalidade.

De acordo com Moraes e Martins (2003, p.64-65), a Auditoria Interna assume as seguintes funções:

- Apoio à direção;
- Vigilância do sistema de controlo;
- Apoio à gestão de risco e processos de governação.

Em concordância com as autoras, pode-se dizer que o auditor interno é um assessor da direção da organização que fornece avaliações e sugestões de melhoria contínua da atividade, vigiando o controlo interno no cumprimento das suas tarefas conforme o estipulado pela lei e regulamento interno.

O auditor interno avalia se os processos e técnicas desenvolvidas pela gestão em termos de riscos são ou não eficazes de modo a sugerir recomendações de melhorias.

IFAC (2010, p.699-700) defende que Auditoria Interna inclui seis atividades conforme verte a ilustração seguinte:



**Figura 1:** Atividades de Auditoria Interna.  
**Fonte:** IFAC (2010, p.699-700)

1. **Monotorização do controlo interno** – é a atividade em que a Auditoria Interna revê o funcionamento do controlo interno, sugerindo recomendações de melhoria;
2. **Análise da informação financeira e operacional** - a Auditoria Interna faz a revisão de meios utilizados para identificar, mensurar, classificar e relatar informações financeira e operacional;

3. **Revisão das atividades operacionais** - a Auditoria Interna revê a economia, eficiência e eficácia das atividades operacionais incluindo as não financeiras da empresa.
4. **Revisão do cumprimento de leis e regulamentos** - a Auditoria Interna revê o cumprimento íntegro das leis e regulamentos que garantem a salvaguarda dos ativos da empresa.
5. **Gestão de risco** – (atividade de maior interesse nesta pesquisa), a Auditoria Interna identifica e aprecia acessos significativos de riscos, contribuindo para a melhoria dos sistemas e controlo;
6. **Governança** - a Auditoria verifica o cumprimento dos objetivos pela gestão no domínio da ética e valores, do desempenho e da responsabilidade da entidade perante a comunicação de informação relativa ao risco.

Nota-se que as atividades da Auditoria Interna abrangem todas as áreas da entidade desde as económico-financeiras, operacionais e a própria gerência, deixando de constituir apenas um simples exame e avaliação dos procedimentos para fornecer dados, passando a ser um instrumento que apoia a organização a todos os níveis da empresa.

Cada entidade seja ela pública ou privada, deve definir os objetivos da função de Auditoria Interna mediante a sua dimensão e estrutura, obedecendo as regras e regulamentos aplicados pela administração de modo a ser um instrumento de apoio aos órgãos da gestão no alcance dos objetivos da entidade. Os objetivos da Auditoria Interna dependem das características da entidade, da sua atividade e do seu meio envolvente.

O **objetivo** principal da Auditoria Interna, depreendido da sua definição (ver 1.1.1.1) facultada pelo IIA, é auxiliar os membros da empresa no efetivo desempenho das suas responsabilidades para o alcance dos seus objetivos, proporcionando-lhes análises objetivas, avaliações, melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação e recomendações sobre as operações examinadas, acrescentando valor e melhorar as operações de uma organização.

Nabais (1998, p.80-81) argumenta e com razão que, para o alcance do objetivo geral da Auditoria Interna, passa-se pelo alcance dos seguintes específicos:

- Averiguação do cumprimento das instruções, planos e procedimentos emitidos pela direção;
- Exame da integridade e fidedignidade das informações financeiras;
- Exame da aplicação dos controlos operativos contabilísticos e financeiros;
- Verificação da aplicação eficiente e económica;
- Elaboração de relatórios de Auditoria acerca das irregularidades encontradas nas investigações;
- Comunicação do resultado do trabalho de Auditoria e certificação de eventuais correções sugeridas.

Assim, o principal objetivo da Auditoria Interna é ajudar a administração da entidade a alcançar os seus objetivos, melhorando a gestão de riscos, prevenindo e mitigando as possíveis perdas e melhorar o funcionamento e os resultados da entidade.

#### **1.1.1.4 Importância e vantagens**

Com a diversificação dos negócios, o crescimento da economia mundial e a crescente competitividade empresarial, a necessidade de dar maior ênfase à Auditoria Interna hoje, é crucial.

Após à apresentação das funções, atividades e objetivos da Auditoria Interna, não se receia em afirmar que Auditoria Interna é uma atividade muito importante que oferece benefícios às organizações.

Conforme Attie (1987, p. 26) “a atividade da Auditoria Interna desenvolve-se a fim de seguir a gerência, concedendo-lhe alternativas, como ferramenta de trabalho, de controlo, assessoria a administração”.



Percebe-se que Auditoria Interna é importante para controlar e apoiar a administração da empresa que por si só não conseguiria acompanhar e verificar a gestão dos procedimentos internos. Daí que, a atuação da Auditoria Interna no controlo do desempenho da gestão é importante, atendendo ao conhecimento profundo que deve ter da unidade económica e aos contributos que dá para o aperfeiçoamento e modernização sistemática da organização, melhorando a sua capacidade competitiva.

Segundo Marques (1997, p.77), a melhoria da cultura organizacional e o aperfeiçoamento da organização são resultados do bom funcionamento de um serviço de Auditoria Interna, com os seguintes reflexos:

- Modernização técnica e administrativa dos serviços;
- Melhoria da qualidade e utilidade da informação produzida;
- Melhoria do rigor e da racionalidade dos investimentos;
- Melhoria da gestão dos aprovisionamentos;
- Melhoria da gestão administrativa e financeira;
- Melhoria na gestão comercial e do marketing;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes, internos e externos;
- Melhoria da rendibilidade e das margens;
- Melhoria da qualidade dos produtos/serviços fornecidos e da imagem da unidade económica.

Conclui-se que a Auditoria Interna é uma ferramenta importante para as organizações, pois, ela identifica áreas que requeiram atenção especial, identifica problemas e insuficiências que careçam de solução e, a partir daí propõe medidas com vista a eliminar ou atenuar as principais deficiências detetadas. Ela proporciona vantagens imprescindíveis como eficácia do controlo interno, simplificação do trabalho do auditor externo, proteção do património da empresa contra atos indesejáveis entre outros.

### 1.1.2 Auditoria Externa

Nesta secção, evidencia-se uma breve exposição teórica da Auditoria Externa, relativamente ao conceito e objetivos para que se possa, posteriormente, efetuar uma análise comparativa das Auditorias Interna e Externa.

#### 1.1.2.1 Conceito e objetivos

Auditoria Externa é uma atividade realizada sobre as demonstrações financeiras por profissionais não subordinados à entidade com o **objetivo** de verificar a apropriada e verdadeira posição financeira da entidade apresentada nas demonstrações financeiras, atendendo aos PCGA.

Segundo Marques (1997, p.34) “a Auditoria Externa surgiu como resposta às necessidades externas à gestão das unidades económicas, podendo ser denominada também de Auditoria Financeira.”

Observa-se que Auditoria Externa apresenta uma certa relevância às entidades, contribuindo de forma credível e útil para uma informação apropriada da sua situação financeira, ou seja, Auditoria Externa responde acertadamente as necessidades das entidades no que tange a tomada de decisões<sup>3</sup> económicas.

O principal objetivo da Auditoria Externa é o controlo, fiscalização e verificação das demonstrações financeiras. Se o controlo interno da entidade for forte ou eficaz, o auditor externo limita-se a realizar um menor volume de testes essencialmente às áreas de maior risco, por terem maior reflexo nas demonstrações financeiras.

---

<sup>3</sup> Decisões como quando comprar, deter ou vender um investimento financeiro.

## 1.2 Semelhanças entre Auditoria Interna e Externa

Tanto Auditoria Interna como Externa são ramos de Auditoria. A Auditoria Interna surgiu após à Auditoria Externa mas, de forma geral, o trabalho realizado por ambas é plenamente idêntico.

Conforme Marques (1997, p.53) a Auditoria Interna e Externa apresentam as seguintes semelhanças:

- Ambas utilizam as mesmas técnicas;
- Ambas têm a sua atenção voltada para o controlo interno como ponto de partida do seu exame e formulam sugestões de melhorias para as deficiências encontradas;
- Ambas modificam a extensão do seu trabalho de acordo com as suas observações e a eficiência do sistema de controlo interno existente;
- Ambas as Auditorias, interna e externa, analisam e avaliam atividades exercidas por outros, em trabalhos e apreciações que devem exercer com rigor, isenção e objetividade, tornando, deste modo natural que se utilizem metodologias e técnicas comuns ou idênticas como planear, programar e calendarizar seus trabalhos;
- Ambas identificam, analisam e avaliam procedimentos de controlo interno, realizam testes, identificam insuficiências, erros e anomalias e avaliam os riscos que lhes estão associados e elaboram relatórios, nos quais fazem as suas apreciações, formulam sugestões e apresentam propostas corretivas a adotar com vista a resolver ou a minimizar as deficiências encontradas.

## 1.3 Diferenças entre Auditoria Interna e Externa

A par das semelhanças apontadas, importa sublinhar a existência das diferenças significativas entre os dois tipos de Auditoria quanto aos seus objetivos, destinatários dos trabalhos que realizam, ao âmbito das ações e à metodologia seguida, à frequência com que ambas realizam trabalhos de auditoria numa mesma unidade económica e até mesmo quanto a alguns conceitos em que assentam.

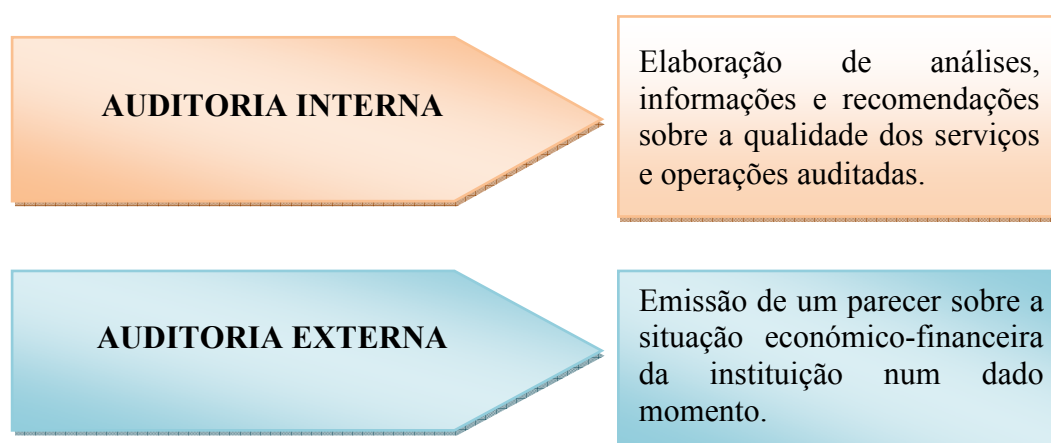
**Quadro II**  
**Principais diferenças entre Auditoria Interna e Auditoria Externa**

AUDITORIA INTERNA	AUDITORIA EXTERNA
<ul style="list-style-type: none"> <li>- É <b>realizada</b> por profissionais independentes em relação às atividades e serviços auditados;</li> <li>- Executa Auditoria financeira e Operacional, periódica, mas geralmente sem tempo determinado;</li> <li>- O principal <b>objetivo</b> é assessorar a administração e apoiar a organização;</li> <li>- O trabalho incide sobre todas as funções da empresa e <b>destina-se</b> à administração e serviços auditados;</li> <li>- Análise com maior volume de testes, enfatizando a análise dos procedimentos, normas e eficácia do controlo interno com base nas técnicas de auditoria de gestão e controlo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É <b>realizada</b> por profissionais independentes em relação à própria entidade;</li> <li>- Executa apenas Auditoria financeira, geralmente anual;</li> <li>- O principal <b>objetivo</b> é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações financeiras;</li> <li>- O trabalho incide fundamentalmente sobre as demonstrações financeiras e <b>destina-se</b> aos utilizadores destas;</li> <li>- Análise com menor volume de testes, já que o auditor externo está interessado em erros que possa alterar de maneira substancial as informações das demonstrações financeiras, enfatizando a verificação dos saldos com base na comparação com padrões standards.</li> </ul>

**Fonte:** Adaptado de Marques (1997, p.54)

Verifica-se que a função de Auditoria Interna repousa em atividades mais detalhadas e baseadas num conceito de risco mais alargado, relacionado com o funcionamento de cada atividade, garantindo a eficácia operacional da empresa. Já a Auditoria Externa, regra geral, privilegia os riscos associados a erros que possam influenciar significativamente as demonstrações financeiras.

A representação seguinte traduz a diferença entre os dois tipos de Auditoria atendendo aos objetivos que orientam as suas análises.



**Figura2:** Objetivos que orientam as análises de Auditoria Interna e Externa.

**Fonte:** Silva, [et al] (2000, p.2.12.).

Concluindo, a existência de Auditoria Interna não exclui a necessidade da Externa e vice-versa. Cada uma tem objetivos e âmbito de atuação diferentes, justificando a existência de complementaridade entre ambas. Portanto, entre as duas Auditorias deve haver incentivo para a coordenação do trabalho, de forma a proporcionar benefícios à entidade como a redução da duplicidade de esforço no trabalho, redução de custo de ambas as partes, facilidade e simplificação do trabalho de Auditoria Externa, obtendo assim maior eficácia em ambas as partes.

## 2. CONTROLO INTERNO

Este excerto tem como objetivo demonstrar como o controlo interno e Auditoria Interna se relacionam, na medida em que existe uma relação muito estreita entre estes dois conceitos, como se demonstra a seguir.

Para o cumprimento do objetivo, evidenciam-se os principais conceitos do controlo interno, os objetivos e os tipos do controlo Interno com base no referencial teórico de diferentes autores.

### 2.1 Conceitos e objetivos

Para que a direção da empresa possa atingir os seus objetivos, torna-se cada vez mais necessário a existência de um bom sistema de controlo interno para auxiliar a administração no controlo efetivo das atividades da empresa.

O controlo interno é uma forma de organização que pressupõe a existência de um plano e de sistemas coordenados, destinados a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades ou minimizar as suas consequências e maximizar o desempenho da entidade em que se insere. (MARÇAL; MARQUES, 2011, p. 13)

Interpretando a ideia do autor, entende-se o controlo interno como conjunto de técnicas estruturadas e desenvolvidas cuidadosamente pela gestão e pessoal da entidade, com o objetivo de permitir a empresa obter um maior resultado sem a ocorrência de distorções significativos.

Controlo Interno é qualquer ação desenvolvida pela gestão e pessoal da entidade, para **aperfeiçoar a gestão do risco** e melhorar a possibilidade de alcance dos seus objetivos em termos de fiabilidade, conformidade, eficácia e eficiência das operações. (IIA)

Assim, o controlo interno abrange todos os processos desenvolvidos pela entidade com vista a ajudar a administração a desenvolver as suas atividades na condução ordenada

dos negócios da empresa de acordo com as políticas e normas estabelecidas para alcançar os objetivos.

Dos conceitos do controlo interno supracitados, detêm-se os seguintes objetivos:

- Prevenir a ocorrência de erros, fraudes e irregularidades;
- Ampliar o desempenho da entidade;
- Proteger os ativos e produzir informações contabilísticas confiáveis;
- Auxiliar a administração a conduzir ordenadamente as atividades da empresa;
- Assegurar a eficácia e eficiência das operações, fiabilidade do relato financeiro e conformidade com as leis e regulamentos.

## 2.2 Tipos

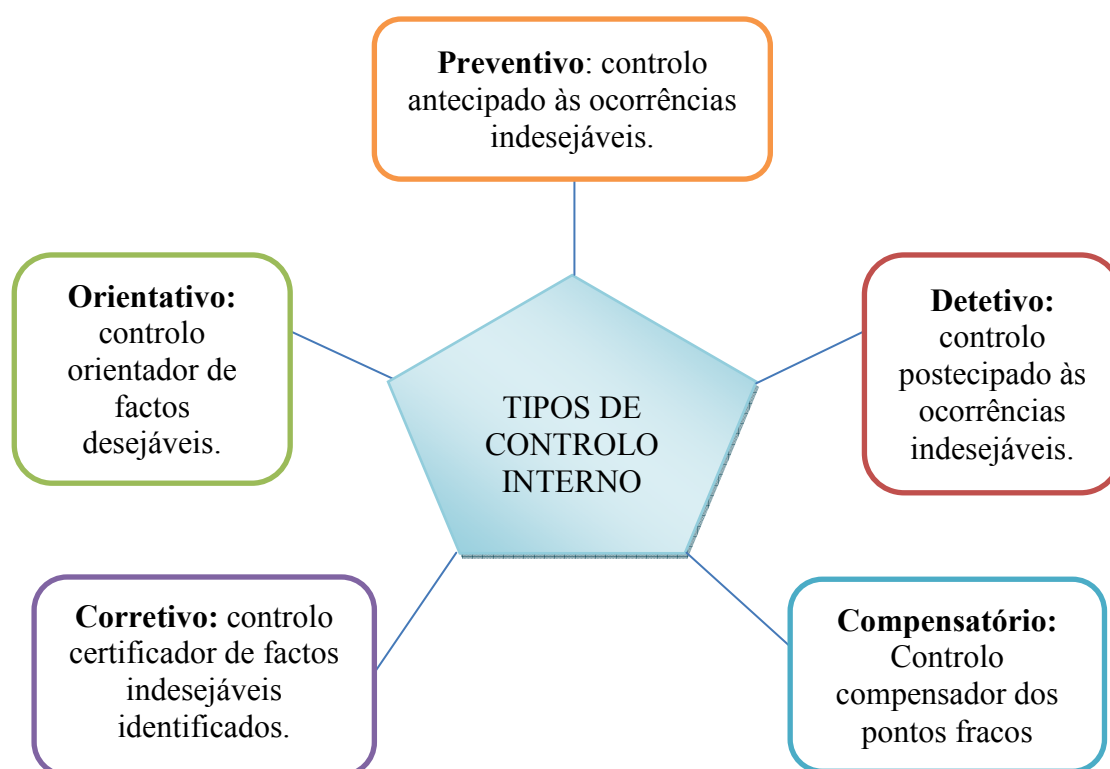
O controlo interno pode ser preventivo, detetivo, diretivo ou orientativo, coercitivo e compensatório, tendo cada um com a sua função específica.

Assim, de acordo com Moraes e Martins (2003, p.19-20), temos os seguintes tipos de controlo interno:

- a) **Controlo preventivo**, como o próprio nome diz, é tipo de controlo que previne as irregularidades e o acontecimento de factos indesejáveis. Ex: Estabelecer como procedimento obrigatório, a exigência de duas assinaturas na emissão de cheques como meio de pagamentos.
- b) **Controlo detetivo** é aquele que após ao acontecimento de factos indesejáveis, a gestão identifica-os e procura corrigi-los. Ex: Efetuar reconciliações bancárias.
- c) **Controlo diretivo ou orientativo** é o que tem a função encorajadora de factos favoráveis à empresa, impedindo assim, os indesejáveis. Ex: A administração de uma entidade, como forma de criar uma boa imagem local, dá indicações aos dirigentes para contratarem mão-de-obra.

- d) **Controlo corretivo** é o controlo cuja função é a retificação dos factos indesejáveis acontecidos e identificados. Ex: Relatórios de exceção de artigos obsoletos.
- e) **Controlo compensatório** é o controlo que tem a função de equilíbrio, servindo para compensar os pontos fracos do controlo interno noutras áreas da entidade. Ex: Os totais de venda por produto registado pela área comercial podem ser controlados pelo total dos débitos de clientes registados na contabilidade.

O esquema seguinte ilustra os tipos de controlo interno acima apresentados:



**Figura 3:** Tipos de controlo interno.  
**Fonte:** Moraes & Martins (2003, p.19-20)

É fundamental a existência de um sistema de controlo interno adequado à dimensão, natureza e complexidade das atividades da empresa, bem como à magnitude dos riscos, que assume o papel efetivo e eficaz do cumprimento das obrigações e deveres a que as entidades se encontram sujeitas, assegurando a estabilidade e sobrevivência da empresa.



### 2.3 Controlo Interno e Auditoria Interna

A implementação de um sistema de controlo interno adequado numa empresa é da inteira responsabilidade dos órgãos da administração que também, têm o dever de assegurar o funcionamento e a manutenção de processos de informação e de comunicação adequados à atividade e aos riscos da instituição.

Segundo o Aviso<sup>4</sup> do Banco de Portugal nº 5/2008 (artº 22), os órgãos da administração, para além de implementar o controlo interno, são ainda responsáveis por:

- a) Designar o responsável pela função de Auditoria Interna e assegurar que esta função tenha autoridade suficiente para desempenhar as suas competências objetivamente e de forma independente;
- b) Pronunciar-se sobre os relatórios elaborados pela função de auditoria interna, nomeadamente sobre as recomendações para a adoção de medidas corretivas;
- c) Assegurar a efetiva implementação das suas orientações e recomendações no sentido de introduzir correções e ou melhorias no sistema de controlo interno.

Uma vez designado o responsável pela função de Auditoria Interna, cabe a esta função a responsabilidade de elaborar e manter atualizado um plano de auditoria para examinar e avaliar a adequação e a eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno da instituição.

A semelhança das responsabilidades dos órgãos da administração acima apontadas, a Auditoria Interna também, tem as suas responsabilidades perante o controlo interno:

- a) Elaborar e manter atualizado um plano de auditoria para examinar e avaliar a adequação e a eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno da instituição;
- b) Emitir recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas e verificar a sua observância;

---

<sup>4</sup> Fonte: Documentos de apoio disponibilizado por mensagem eletrónica.

c) Elaborar e apresentar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização um relatório, de periodicidade pelo menos anual, sobre questões de auditoria, com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de controlo.

Entende-se que o sistema de controlo interno de uma instituição constitui o objeto de avaliação periódica da Auditoria Interna, sem a qual não justificaria a sua implementação, uma vez que a implementação do sistema de controlo interno exige o acompanhamento de um auditor interno, para a sua avaliação periódica.

Conforme Morais e Martins (1997, p.21), “o controlo interno com um carácter preventivo *“ex-ante”* oferece uma perspectiva dinâmica e valorizadora, isto é, tem em mão todos os dados que permitam manter o domínio, a auditoria com o carácter de supervisão *“ex-post”* avalia o grau de domínio atingido”.

Sem discordar com as autoras, apesar de a Auditoria ter a função de supervisionar o carácter dinâmico do controlo interno, não significa que a atividade desta seja passiva e desvalorizadora, tendo em conta que a mesma ao avaliar o grau de domínio atingido pelo controlo interno, opina e emite recomendações com base nos resultados.

A grande diferença entre a Auditoria Interna e controlo interno reside na temporalidade de atuação dos mesmos, uma vez que, a Auditoria Interna atua após a atuação do Controlo interno. Quanto melhor o sistema de controlo interno de uma empresa menor é o esforço da Auditoria Interna e vice-versa.

Sintetizando, existe uma forte relação entre as duas atividades, sendo o controlo interno, um meio para o alcance dos objetivos de Auditoria Interna. Pode-se dizer que a Auditoria Interna tem uma função de fortalecimento ou consolidação do controlo interno, na medida em que assegura um exame abrangente e orientado para o risco, das atividades, sistemas e processos da instituição, que permita avaliar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno, sugerindo recomendações de melhorias.

### 3. AUDITORIA INTERNA E GESTÃO DE RISCOS

Este extrato tem como propósito apresentar os principais referenciais teóricos relacionados ao título com o destaque sobre a responsabilidade e o contributo da Auditoria Interna na melhoria da gestão de riscos. O principal objetivo deste trecho é compreender o contributo da Auditoria Interna na melhoria da gestão de risco. Entende-se ser importante apresentar também os fatores do risco de uma empresa e o processo de gestão e avaliação de riscos de fraudes.

Em 1.1.1.3 IFAC apresenta a Gestão de riscos como uma das atividades de Auditoria Interna. Para uma melhor compreensão da atuação da função de Auditoria Interna neste aspeto, vamos apresentar alguns conceitos básicos como forma de contextualizar o assunto.

**Risco** é a possibilidade de um evento, atividade ou ação poder ter impacto negativo ou positivo sobre a capacidade de uma organização para executar os seus planos estratégicos e tácitos para atingir os seus objetivos. (OPACC/IPAI, 2012 apud ERM).

Assim, risco é a probabilidade de um evento incerto atingir a empresa, favorável (se tiver impacto positivo) ou desfavoravelmente (se o impacto for negativo), com implicações nos planos da empresa, impedindo o cumprimento dos seus objetivos.

Segundo COSO (2004, pág. 4), **Gestão de Risco (GR)** é um processo desenvolvido pela administração, gestão e outro pessoal com base na definição de estratégias que identificam os potenciais acontecimentos afetos a entidade e que gerem os riscos aos níveis aceitáveis, garantindo o alcance dos objetivos da entidade com razoável segurança.

Portanto, Gestão de risco compreende o conjunto de ações organizadas a todos os níveis da empresa, com o objetivo de identificar, avaliar e responder favoravelmente aos riscos a que esta está sujeita.

### 3.1 A responsabilidade e o contributo da Auditoria Interna na melhoria da gestão de riscos

Na definição da Auditoria Interna apresentada pelo IIA, verifica-se que uma das funções de Auditoria Interna é ajudar a empresa na avaliação do processo de governação, de gestão do risco e de controlo.

Logo, o âmbito do trabalho do departamento de Auditoria Interna é o de determinar se, o conjunto dos processos de gestão do risco, de controlo e de governação, em conformidade com o que foi estruturado e aprovado pela gestão, é adequado e funciona, de modo a assegurar que os riscos são devidamente identificados e geridos.

O IIA (2009, p.26), norma 2120 dispõe, *in verbis*: “A atividade de auditoria interna tem que avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria da gestão do risco.”

Assim, uma das funções do auditor interno é a avaliação da eficácia da gestão de risco, de modo a ajudar a entidade a melhorar a gestão, evitando assumir a responsabilidade perante a gestão do risco para não se comprometer com a sua independência.

O auditor interno ao avaliar a gestão, tem que verificar se:

- Os objetivos traçados pela empresa estão alinhados com a sua missão;
- Os riscos significativos são identificados e avaliados;
- As respostas aos riscos estão alinhadas de acordo com o **apetite do risco**<sup>5</sup> da entidade
- A informação sobre os riscos significativos são identificados e comunicados em tempo oportuno para que a administração possa cumprir com os seus deveres e assim determinar a eficácia ou não dos processos de gestão de riscos monitorizados pela atividade corrente da gestão. (IIA, 2009, p.27)

---

<sup>5</sup> Nível do risco que a entidade está disposta a aceitar.

A GR não é uma função exclusiva do auditor interno, uma vez que este tem o dever de contribuir para a sua melhoria. Entretanto, a Auditoria Interna pode ser convidada a desempenhar tal função em empresas de pequena dimensão, devendo o auditor evitar o comprometimento da sua independência.

Perante a gestão do risco, a atividade de Auditoria Interna e a responsabilidade do auditor interno passaram a ser:

- Avaliação das exposições ao risco relativas à governação da organização e sistemas de informação;
- Avaliação da possibilidade da ocorrência de fraude e da forma como a organização gere o risco de fraude;
- Observação da consistência dos riscos com os objetivos do trabalho e estar alerta para outros riscos relevantes;
- Auxílio da gestão no estabelecimento ou no aperfeiçoamento dos processos de gestão do risco, evitando assumir quaisquer responsabilidades de gestão efetiva dos riscos de modo a por em risco a sua independência.

Generalizando, a Auditoria Interna é o órgão criado pela administração para a assessorar na gestão de riscos, avaliando se os riscos associados às atividades dos diferentes setores estão sendo geridos eficazmente e se o plano traçado está sendo cumprido.

No contexto de gestão de riscos, Auditoria Interna teve uma expansão pois, deixou de ser apenas a verificação e o acompanhamento dos procedimentos e políticas internas desenvolvidas pelo controlo interno e passou a representar um pilar essencial para a melhoria da gestão do risco, atuando em áreas críticas a todos os níveis da empresa, promovendo a redução dos riscos.

Segundo Moraes e Martins (2003, pág.3), “a Auditoria Interna pode contribuir de forma significativa para reduzir os riscos associados ao exercício das atividades de gestores,

num ambiente de competitividade e que lhes exige frequentes tomadas de decisão e mesmo alterações de planos”.

Uma vez que a Auditoria Interna ganhou novo papel perante a gestão de risco, concordo plenamente com as autoras supracitadas que esta contribui significativamente para a redução dos riscos, fornecendo segurança objetiva acerca da eficácia das atividades da gestão de risco das organizações que os principais riscos estão sendo geridos de forma eficaz e apropriada.

A melhoria da gestão de riscos é o resultado que no âmbito da avaliação da eficácia da atividade de gestão, a Auditoria Interna tem que proporcionar a entidade através da abordagem sistemática e disciplinada, identificando, apreciando e avaliando acessos significativos de riscos.

Com a extensão da atividade da Auditoria Interna, torna-se útil consciencializar-se sobre a impossibilidade de conceber uma abrangente gestão de riscos empresariais sem se considerar, de alguma forma, o envolvimento desta função como instrumento de identificação de vulnerabilidades e, até mesmo, de auxílio à implementação de processos de correção e melhoria, contribuindo para a consecução dos objetivos e metas e, conseqüentemente para a melhoria da competitividade das organizações.

### 3.2 Auditoria Interna e o processo de gestão de risco

A gestão de riscos é um processo ordenado que deve ser feito no decorrer da fase do planeamento de Auditoria, considerando sempre a sua relevância nas demonstrações financeiras em geral e o volume das transações.

Os riscos, pelo seu impacto potencial sobre as organizações, devem ser **geridos**. Para poderem ser geridos têm que ser **conhecidos**, para serem conhecidos têm que ser **identificados**, para além de serem identificados têm que ser **avaliados** e para a avaliação deve decidir sobre **prioridades** de atuação.

Evidentemente, o primeiro passo no processo de desenvolvimento de estratégias para a gestão de riscos é a identificação dos eventos passados, presentes e futuros que influenciam a empresa e posteriormente, traçar estratégias de resolução, mediante a aceitação do nível do risco pela empresa.

O esquema seguinte resume o processo de gestão de riscos numa organização.



**Figura 4:** Processo de gestão de riscos.

**Fonte:** OPACC/IPAI, (2012 apud IIA, 2009).

No processo de GR, há que levar em conta os seguintes aspetos:

- Bom conhecimento do negócio como pré-condição no processo de gestão de risco;
- Identificação das unidades, negócios, processos e fluxos;
- Fixação dos objetivos a nível geral da empresa e, relativos a cada unidade orgânica;
- Identificação de eventos externos e internos com impacto potencial sobre a concretização dos objetivos;
- Redefinição estratégica dos eventos com carga positiva (oportunidades);
- Gestão dos riscos dos eventos com carga negativa (ameaças);
- Avaliação dos riscos com base no impacto potencial, probabilidade, valor da exposição.

Um conhecimento relativamente profundo das principais metodologias de gestão de risco pelo auditor interno é fundamental para compreender as práticas de gestão que estão a ser seguidas e efetuar recomendações para a melhoria das operações e dos processos de gestão do risco, dos controlos e da governação da organização em causa.

A Auditoria Interna com foco em riscos realiza testes com base nos riscos de negócio<sup>6</sup> identificados no levantamento de informações. Os testes são focalizados nos controlos que minimizam os riscos relevantes cuja finalidade é antecipar e prevenir riscos de negócios.

### 3.3 Auditoria Interna e os fatores de risco de uma empresa

A gestão dos negócios de uma empresa implica tomada de decisões, levando em conta aos riscos associados, às operações realizadas no âmbito de seu objeto social e aos processos que gerenciam tais operações.

Segundo Moraes e Martins (2003, p.86-87), existem 18 fatores de risco considerados importantes pelos profissionais de Auditoria Interna:

1. *Qualidade do sistema de controlo interno* - quanto menor a eficácia, maior o risco;
2. *Competência da gestão* - quanto maior a competência, menor o risco;
3. *Integridade da gestão* - há uma probabilidade de perdas através da redução da operacionalidade do sistema de controlo.
4. *Tamanho da entidade* - quanto maior investimento, maior o risco.
5. *Mudança recente no sistema de contabilidade* - implica aumento do risco devido a erros.
6. *Complexidade das operações* - quanto maior a complexidade, maior o risco de errar;
7. *Mudanças no pessoal*<sup>7</sup> “chave” - Essas mudanças aumentam ou pelo menos originam incertezas quanto ao nível de risco;
8. *Liquidez dos ativos* - quanto maior a liquidez, maior a probabilidade de perda;
9. *Deterioração da condição económica de uma entidade*;

---

<sup>6</sup> Risco de negócio é incerteza inerente às projeções do resultado operacional.

<sup>7</sup> Diretores responsáveis por fatores críticos de sucesso das operações.



10. *Crescimento rápido ou sob pressão* - à medida que a pressão aumenta, o risco de uma produtividade obtida à custa do relaxamento dos sistemas de controlo aumenta.
11. *Extensão da informatização de uma entidade* - à medida que a informatização cresce, o risco de perder controlo sobre ativos e a informação, aumenta;
12. *Tempo decorrido das últimas Auditorias* - as Auditorias frequentes diminui o risco;
13. *Pressão sobre os vários níveis da organização para satisfazer objetivos* - o risco da produtividade com sacrifício aumenta, à medida que os responsáveis se sentem mais pressionados;
14. *Extensão da regulamentação oficial* - quanto maior o detalhe da regulamentação, maior o risco potencial;
15. *Grau de motivação do pessoal* - uma fraca motivação aumenta o risco;
16. *Projetos de Auditoria de auditores independentes* - geralmente, Auditoria mais frequentes e com maior cobertura reduzem o risco.
17. *Exposição política/publicidade adversa* - uma publicidade elevada pode diminuir o risco. Menor publicidade pode aumentar a probabilidade de ineficácia;
18. *Distância da sede* - quanto maior é a distância da observação direta da gestão geral, maior é a tendência para falhas por parte da gestão local.

Perante tantos fatores, a gestão de riscos é um dos principais agentes, por exemplo, de sobrevivência ou continuidade de qualquer empresa uma vez que muitos fatores de riscos principalmente os externos à empresa são difíceis de serem controlados, tornando útil a gestão eficaz desta, de modo que as decisões tomadas são as mais assertivas para a sua continuidade.

Segundo Almeida (2000, p.92), O auditor interno tem a responsabilidade de permanecer alerta durante o desenvolvimento do trabalho de Auditoria, devendo identificar as informações, os dados, circunstâncias e outros fatores ou indicadores económicos (margem bruta das vendas e rendibilidade operacional e líquida das vendas) e

financeiros (nível de endividamento e nível de liquidez) que podem afetar a continuidade da atividade da entidade de modo a analisá-los e ajuizar se estes indicam uma deterioração rápida ou gradual, temporal ou recorrente.

Resumindo, a Auditoria Interna deve planejar e programar as suas ações em consideração aos fatores de riscos da entidade, identificando-os e avaliando como a gestão os gere, desenvolvendo planos e sugestões de melhorias que fornece uma segurança e garantia à administração de que os riscos associados, estão sendo adequados e eficazmente geridos, proporcionando a empresa uma posição vantajosa e sustentada, de modo a ser rentável e até mesmo sobrevivente.

### **3.4 Auditoria Interna e avaliação de riscos de fraude**

A avaliação de riscos é da responsabilidade da administração e não do auditor interno no qual devem ser geridos com base no apetite do risco da empresa, na medida em que todas as atividades empresariais envolvem riscos e devem ser devidamente controlados, desenvolvendo processos de manutenção que avalie a probabilidade de ocorrência de perdas.

Pinheiro (2010, p.62), afirma que “avaliação de Riscos são as atividades desenvolvidas pela entidade para a identificação, análise e gestão dos riscos que possam causar impacto relevante nos negócios e no controlo interno e na elaboração das demonstrações contábeis”.

Entretanto, a gestão diante desse cargo tem que ser competente, isto é, tem que ter conhecimento adequado do negócio, habilidade e atitude para desenvolver estratégias ou técnicas para gerir os riscos.

Já Moraes e Georgina (2003, p.89) defende que, avaliação do risco é um processo sistemático para avaliação e integração de julgamentos profissionais acerca de condições e, ou, acontecimentos adversos feita com base na experiência do auditor em

entidades específicas e, quando necessário com base em informação adicional recolhida pela gestão e, ou, outras fontes.

Em jeito de conclusão, a avaliação de riscos deve ser planeada continuamente, interagindo com as apreciações dos demais profissionais sobre o facto, acrescentando sua experiência. Assim, a gestão deve levar em consideração não só as informações ou julgamentos do auditor para efetuar avaliação dos riscos, como também de outras fontes como os próprios colaboradores da entidade.

Segundo IIA (N 2120.A1), A Auditoria Interna tem que avaliar as exposições ao risco relativas à governação da organização e sistemas de informação que respeitem a:

- Fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional;
- Eficácia e eficiência das operações;
- Salvaguarda dos ativos;
- Conformidade com as leis, regulamentos e contratos.

Ainda de acordo com a norma 2120-1, numa organização os auditores internos têm que avaliar se:

- Os objetivos da organização suportam e estão alinhados com a sua missão;
- Os riscos significativos são identificados e avaliados;
- São seleccionadas respostas apropriadas que alinham os riscos com o apetite de risco;
- A informação relevante sobre riscos é comunicada atempadamente, permitindo ao conselho, gestores e pessoal cumprir as suas responsabilidades.

Os auditores internos ao planear uma Auditoria avaliam não só o tipo de risco, mas, acima de tudo, quanto representa o risco presente, examinando prioritariamente as atividades de maior risco, ou seja, as atividades que tem em simultâneo uma alta probabilidade de ocorrência e um alto impacto financeiro.

Fraude é o ato intencional de omissão resultante da manipulação de transações, alteração de demonstrações financeiras como falsificação ou alteração de registos ou documentos, modificando os registos dos ativos, passivos e resultados.

Não basta as entidades dispor de um bom sistema de controlo interno, pensando que está imune às irregularidades e erros, até porque o controlo interno não garante a segurança razoável de que tudo está devidamente controlado.

Os auditores internos têm que possuir o conhecimento adequado para avaliar o risco de fraude e a forma como ele é gerido pela organização, mas não se espera que disponham da perícia de uma pessoa cuja responsabilidade principal seja a deteção e a investigação da fraude. (IIA 2009, N.1210-A2, p.20)

Pode-se constatar que o objetivo da Auditoria Interna não é detetar a fraude, mas sim auxiliar os membros da organização no cumprimento eficaz das suas responsabilidades, fornecendo-lhes análises, avaliações, recomendações, conselhos e informação respeitantes às atividades objeto da revisão. No decorrer do trabalho de Auditoria, o auditor pode identificar situações de fraudes ou riscos de fraudes, devendo contudo comunicar a gestão sobre tal situação.

A norma 2120.A2 do IIA dispõe *in verbis*: “A atividade de Auditoria Interna tem que avaliar a possibilidade da ocorrência de fraude e a forma como a organização gere o risco de fraude”.

Para avaliar o risco de fraude deve-se:

- Identificar os fatores de risco de fraude relevantes;
- Identificar os esquemas de fraude potenciais e ordená-los, com base no risco;
- Mapear os controlos existentes para os esquemas de fraude potenciais e identificar as respetivas insuficiências.
- Testar a eficácia operacional dos controlos de prevenção e deteção da fraude.
- Documentar e reportar a avaliação do risco de fraude.

(OPACC/IPAI, 2012 apud IIA)

A entidade deve tomar sérios cuidados para prevenir comportamentos inadequados em suas operações. Os procedimentos para a avaliação de riscos de fraude apresentados contribuem para a melhoria da gestão desse risco e mitigá-los, não significando que as entidades vão parar por aí, pois, à medida que se desenvolvem estratégias de descoberta e combate a fraudes são também desenvolvidas novas formas de disfarce.

A Auditoria Interna é responsável por ajudar no desencorajamento da fraude, examinando e avaliando a adequação e eficácia do sistema de controlo interno, de acordo com a extensão da exposição ou do risco potencial nos vários segmentos das operações da organização. Deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, sobre quaisquer indícios ou configurações de irregularidade detetadas no decorrer do seu trabalho.

## 4. AUDITORIA EM CABO VERDE

Com este fragmento pretende-se efetuar uma breve análise do estágio da evolução da Auditoria em Cabo Verde com o intuito de identificar o estágio de evolução da Auditoria em Cabo Verde. Para isso o referencial teórico utilizado para fundamentar o assunto foi bem restrito, tendo em conta a escassez de fontes que o aborda.

### 4.1 Breve historial

Segundo a Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas de Cabo Verde, a atividade de Auditoria vinha sendo exercida em Cabo Verde, pelas empresas internacionais de Auditoria mais conhecidas, entre as quais as então “*Bigfour*”<sup>8</sup>, que faziam aqui deslocar, regularmente, as suas equipas de auditores.

Nota-se que os quatro grandes gabinetes de auditoria internacionais não têm presença efetiva em Cabo Verde. Normalmente, elas auditam as instituições financeiras e os programas financiados por doadores de seus escritórios no exterior (principalmente Portugal).

Ainda, constata-se que a realização de Auditoria Financeira em Cabo Verde esteve nas mãos de firmas de Auditoria internacionais até sensivelmente a criação da comissão instaladora da OPACC, no ano 2000.

Em 2000, foi criado o Decreto-lei nº 12/2000, de 28 de Fevereiro que aprova o Estatuto da OPACC, o qual esclarece e demarca as atribuições específicas e gerais da categoria profissional de Contabilista Certificado e as funções cumulativas e reservadas da categoria profissional de Auditor Certificado.

---

<sup>8</sup> **Big Four** - nomenclatura utilizada para se referir às quatro maiores empresas especializadas em auditoria e consultoria do mundo.

## 4.2 A prática de Auditoria Interna

Não há dados concretos de empresas com departamento de Auditoria Interna em Cabo Verde, mas sim dados de empresas<sup>9</sup> com contabilidade organizadas. São por volta de meia dúzia de empresas que possuem departamento de Auditoria Interna das quais maioritariamente públicas, cujas Auditorias externas são realizadas por pessoal qualificado das Finanças e/ou pela Tribunal de Contas. (Informação verbal)<sup>10</sup>

Constata-se que as organizações que dispõem de Auditoria Interna em Cabo Verde são bastante reduzidas, atendendo as informações disponíveis. Pode-se dizer que a Auditoria Interna em Cabo Verde é um assunto “novo” que carece de aperfeiçoamento, quer ao nível da sua implementação, como a nível do seu exercício pelas empresas tanto públicas como privadas.

De acordo com PEFA<sup>11</sup>, “é importante focalizar o trabalho de auditoria junto de instituições ou processos de alto risco, onde o potencial para uma apropriação indevida de recursos é elevado na medida em que os auditores internos e externos a serviços de IGF e de TC são reduzidos e não conseguem dar cobertura.”

Assim, interpretando a citação supracitada, pode-se dizer que a cobertura de Auditoria Interna às entidades auditadas foi limitada e que os auditores internos e externos em Cabo Verde preocupam com o risco de fraude, o risco de apropriação indevida ou ineficiente utilização de recursos da entidade.

O grau de cobertura da Auditoria Interna em Cabo Verde é limitado e com uma capacidade de cumprimento da função limitada, devido a sua excessiva concentração em questões de conformidade (em vez de abordar questões sobre o desempenho e do sistema). Se os sistemas de Auditoria Interna poderem ser fortalecidos, então Cabo Verde terá implementado todos os sistemas capazes de assegurar a contínua melhoria da eficiência operacional. (PEFA, 2007)

<sup>9</sup> Ver empresas com contabilidade organizada em anexo.

<sup>10</sup> Informação proferida pelo trabalhador do INE, João Pina em 30 de Janeiro de 2013.

<sup>11</sup> Disponível em [http://ec.europa.eu/europeaid/what/economic-support/public\\_finance/documents/cap\\_vert\\_pefa\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/what/economic-support/public_finance/documents/cap_vert_pefa_pt.pdf)

Verifica-se que o âmbito do trabalho de Auditoria Interna era focalizado nas questões de conformidade, pelo que tornou-se importante o seu alargamento às questões de desempenho e do próprio sistema.

#### **4.3 A prática de Auditoria Externa e normas aplicadas**

Conforme ROSC<sup>12</sup> A & A, a prática profissional de Auditoria Externa em Cabo Verde, só foi claramente definida depois da criação da OPACC em 2000. Afirmar ainda que “os auditores externos fornecem a última linha de defesa contra o descumprimento de exigências de Contabilidades e Relatos Financeiros.”

Desta feita, pode-se constatar que antes da criação da OPACC a Auditoria Externa não era praticada profissionalmente e que em Cabo Verde os auditores externos zelam para o cumprimento dos PCGA referentes ao SNCRF.

Quanto às normas de Auditoria aplicadas, ROSC afirma que em Cabo Verde não existe nenhuma orientação sobre quais as normas de auditoria devem ser seguidas, embora as empresas de auditoria afirmam respeitar as normas contidas no manual de auditoria, prática das firmas internacionais afiliadas que estarão em conformidade com a ISA.

Assim, sem tal regra institucional no país para fornecer orientação, os auditores podem ter interpretações diferentes em relação à aplicabilidade das normas de Auditoria, podendo também, desrespeitar a lei. Portanto, o cumprimento das Normas Internacionais de Auditoria, ainda que aplicadas pelas firmas Internacionais de contabilidades afiliadas e algumas empresas de contabilidade locais em suas auditorias de demonstrações financeiras, não é obrigatório em Cabo Verde. Evidentemente não existe normas de Auditoria locais, pelo que as ISA são consideradas exigências de Auditoria de facto para Cabo Verde.

---

<sup>12</sup> Fonte: Disponível em [http://www.worldbank.org/ifa/rosc\\_aa.html](http://www.worldbank.org/ifa/rosc_aa.html).



#### 4.4 O ensino de Auditoria

Analisando o ensino de Auditoria em Cabo Verde, instituições como ISCEE, Jean Piaget ministram cursos cujo currículo contempla esta cadeira. O número de estudantes interessados no estudo desta cadeira vem aumentando a cada ano, demonstrando que, ainda que num ritmo menos acelerado, esta vem desenvolvendo a nível do estudo.

Somente um programa<sup>13</sup> académico na ISCEE pode ser considerado um programa de contabilidade completo. Os outros programas são economia e programas de gestão com especialização em contabilidade e auditoria. Estes outros programas apresentam falhas no conteúdo fundamental da contabilidade e auditoria. Todas as instituições de ensino superior sofrem de escassez de recursos. Elas enfrentam uma escassez de pessoal docente bem treinado para ministrar cursos de contabilidade e auditoria. Para compensar isso, alguns profissionais de contabilidade, empregados no comércio e na indústria, trabalham a tempo parcial como professores em cursos noturnos. A escassez de livros didáticos em português restringe a eficácia do ensino e aprendizagem em todas as instituições. (ROSC, 2012)

Verifica-se que há um défice no ensino de Auditoria em Cabo Verde tanto a nível de programas, recursos profissionais e didáticos, como a nível dos conteúdos programáticos do curso da Auditoria, classificando assim de um modo geral, o ensino da Auditoria em Cabo Verde como ineficaz.

A nível geral, a Auditoria em Cabo Verde, apesar de uma abordagem com procedimentos e objetivos diferentes dos países desenvolvidos, vem sendo estimulada, atendendo a sua importância e vantagens que proporciona às organizações nos vários aspetos mas, o seu estágio de evolução ainda é lento.

Há uma necessidade de aprimoramento de Auditoria desde o controlo de qualidade dos serviços realizados pelos auditores, capacitação e formação prática de melhoria da qualidade de auditoria, à implementação e recrutamento ou aquisição de manuais de Auditoria na língua portuguesa, visto que há uma carência de manuais nesta língua e muitos usuários de Auditoria não compreendem ou falam inglês com habilidade necessária para tirar o melhor proveito do mesmo.

---

<sup>13</sup> O currículo académico do ISCEE é apresentado no Anexo.

## **CAPÍTULO II – Apresentação e análise de Resultados**

Este capítulo, visa apresentar o resultado obtido no estudo de caso realizado na Empresa de Administração dos Portos de Cabo Verde (ENAPOR), empresa pública, cuja sede se localiza em Mindelo, São Vicente, em que o objeto principal é a administração e exploração económica dos portos do país. Sendo pública, a empresa está sujeita à Auditoria e fiscalização económico-financeira da Inspeção-geral de Finanças nos termos da lei.

Para se proceder a análise dos dados optou-se essencialmente pela pesquisa qualitativa. Em resumo, analisar os resultados de um experimento em que devem ser observados aspetos qualitativos significa perceber a existência e as alterações nesses aspetos, comparando-os com os padrões.

A pesquisa qualitativa é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Assim sendo, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Tais pormenores não podem ser traduzidos em números quantificáveis.

Na pesquisa qualitativa, os dados, em vez de serem tabulados, de forma a apresentar um resultado preciso, são retratados por meio de relatórios, levando-se em conta aspetos tidos como relevantes, como as opiniões e comentários do público entrevistado.

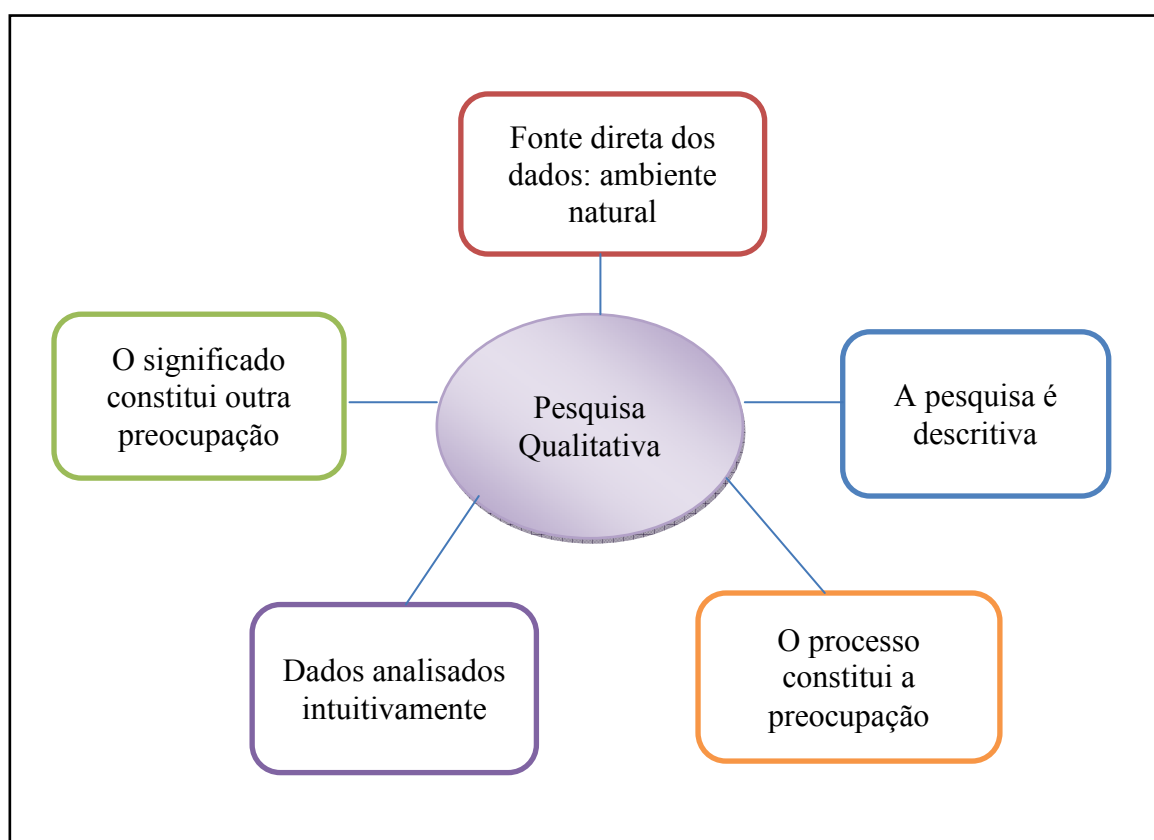
Moreira (2002), aborda as características básicas das pesquisas de natureza qualitativa, sintetizada em seis itens. Segundo ele a pesquisa qualitativa inclui:

1. A interpretação como foco. Nesse sentido, há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes;
2. A subjetividade é enfatizada. Assim, o foco de interesse é a perspetiva dos informantes;
3. A flexibilidade na conduta do estudo. Não há uma definição à priori das situações;

4. O interesse é no processo e não no resultado. Segue-se uma orientação que objetiva entender a situação em análise;
5. O contexto como intimamente ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência;
6. O reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre a situação, admitindo-se que o pesquisador também sofre influência da situação de pesquisa.

Triviños (1987, p. 128-30), a propósito deste tema, apresenta as contribuições de Bogdan que aponta as características para a pesquisa qualitativa, semelhantes às apresentadas por Moreira (op. cit.). Portanto, as duas contribuições se complementam.

A figura que se segue traduz as características básicas para a pesquisa qualitativa apontadas por Bogdan.



**Figura 5:** Características da pesquisa qualitativa  
**Fonte:** Bogdan (apud TTRIVIÑOS, 1987, p.128-30)

Conforme Bogdan, a pesquisa qualitativa:

1. Tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave;
2. É descritiva;
3. Preocupa-se com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto;
4. Tende a analisar dados indutivamente;
5. Significa preocupação essencial na abordagem qualitativa.

A aplicabilidade dos seis pontos apresentados por Moreira (op.cit.) e das cinco características, segundo Bogdan (apud TRIVIÑOS, 1987), ampliam as possibilidades de melhor entender a situação do ambiente que se pretende estudar, provendo meios mais eficazes para o pesquisador trabalhar e poder elaborar seus relatórios, chegando às conclusões ou (in) conclusões da pesquisa.

O estudo de caso que este trabalho pretende analisar está inserido neste tipo de investigação. Pretende-se efetuar uma reflexão em torno da seguinte questão:

❖ *De que forma a Auditoria Interna contribui para a melhoria da gestão de riscos numa empresa cabo-verdiana?*

Feitas estas considerações, nomeadamente a formulação do problema e o tipo de análise que se pretende fazer, procede-se a escolha da metodologia de recolha dos dados.

Partindo do princípio de investigar ideias, descobrir significados nas ações e nas interações a partir da perspectiva dos intervenientes no processo, sendo a metodologia utilizada para a recolha de dados da empresa um inquérito por questionário, elaborado com base num conjunto sistemático de perguntas maioritariamente curtas e fechadas, algumas abertas com o intuito de dar liberdade de opinião ao inquirido sobre determinados aspetos, considerados importantes para a conclusão do trabalho.

O inquérito foi enviado via correio eletrónico, sob a responsabilidade do órgão da gestão do Porto da Cidade da Praia ao Responsável do Departamento de Auditoria

Interna da entidade, localizado na ilha de São Vicente. Apesar de considerar a entrevista o melhor método para o tipo de análise que pretendia fazer, o facto da sede da empresa se situar em São Vicente não permitiu que tal fosse possível. Daí, optou-se pelo questionário.

Para se medir o impacto da Auditoria Interna numa empresa opta-se por elaborar dois questionários. O primeiro questionário tem por objetivo avaliar a situação da empresa antes da Auditoria Interna e o segundo questionário tem por objetivo avaliar a situação da empresa após a Auditoria Interna.

## **2.1 Situação da empresa antes da Auditoria Interna**

No primeiro momento pretendeu-se avaliar a situação da empresa, nomeadamente em termos de riscos que a mesma está sujeita pelo facto de não realizar Auditoria Interna. Para tal foi pedido ao inquirido que fizesse a avaliação da empresa neste sentido, tendo em conta as opções: *baixo, médio e alto*. A avaliação que foi feita aponta que o nível de risco da empresa era alto.

Por outro lado, a empresa não tinha a preocupação de identificar e avaliar os fatores de riscos em que a empresa estava sujeita, fator que leva a proferir que os riscos não eram geridos eficazmente, colocando a empresa numa situação vulnerável. Considerando o que foi tratado em 3.3 do capítulo anterior, a identificação dos fatores de riscos e a avaliação se estes estão sendo geridos eficazmente pela Auditoria Interna, garante à administração que os riscos estão sendo geridos de forma adequada e eficaz.

As áreas que foram apontadas como sendo de maiores riscos são a financeira e técnica. A área financeira foi apontada como a de maior risco devido a gestão de ativos e a técnica devido a investimentos importantes em infraestruturas e superestruturas.

Uma expansão rápida em novos mercados é apontada como fator de elevado risco e um indicador do aumento da probabilidade da ocorrência de erros, irregularidades ou

fraude. Em conformidade com o apresentado em 3.4 do capítulo anterior a avaliação da possibilidade da ocorrência de erros e fraudes, constitui uma das atividades da Auditoria Interna no âmbito do seu trabalho, comunicando a gestão as ocorrências detetadas.

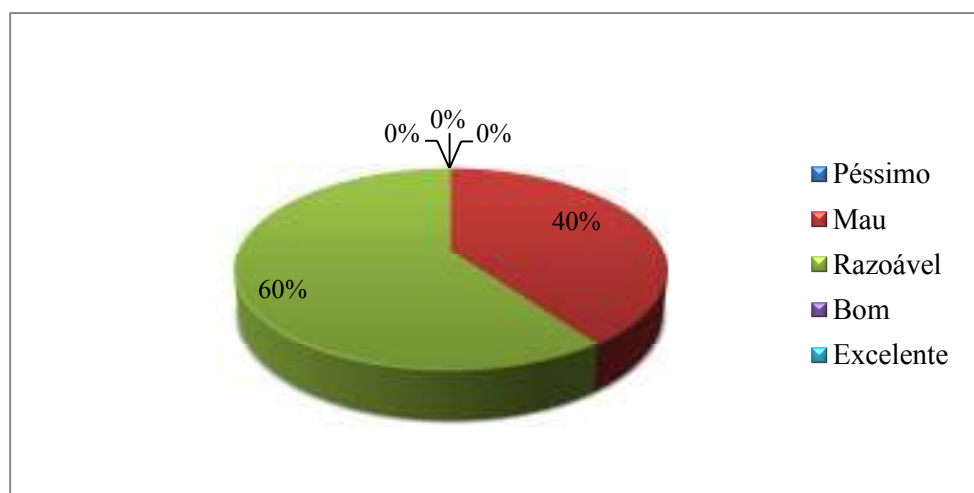
Foram avaliados um conjunto de parâmetros antes da Auditoria Interna, sendo que tais parâmetros têm implicação direta no bom desempenho da empresa. Esses parâmetros foram avaliados tendo em conta as seguintes classificações:

- ❖ 1-Péssimo;
- ❖ 2- Mau;
- ❖ 3- Razoável;
- ❖ 4- Bom;
- ❖ 5- Excelente.

Nota-se pelo gráfico seguinte que os parâmetros na empresa são avaliados entre razoável e mau, com 60% e 40% prospectivamente, querendo isto dizer que, a nível global, a empresa não apresentava bons índices no que concerne a identificação, avaliação e gestão de riscos, o que do meu ponto de vista prejudica, quer de forma direta quer indireta, a sua eficiência e eficácia, resultando em perdas a médio ou longo prazo.

**Gráfico I**

**Avaliação de parâmetros antes da implementação da Auditoria Interna**



O quadro que se segue traduz os diferentes parâmetros que foram avaliados. É evidente que as atividades relacionadas com a identificação e avaliação de riscos relativos a eficiência, eficácia das operações são os que apresentam inferior desempenho.

**Quadro III**  
**Atividades e gestão de riscos da empresa antes da Auditoria Interna**

ATIVIDADES E GESTÃO DE RISCOS ANTES DA AUDITORIA INTERNA	1	2	3	4	5
Identificação e avaliação das exposições significativas a riscos.		X			
Avaliação e monitorização da eficácia do sistema de gestão de riscos corporativos.			X		
Avaliação dos fatores de risco de fraudes relevantes e a forma como a empresa os geriam.			X		
Avaliação dos riscos relativos a fidelidade e integridade das informações financeiras.			X		
Identificação e avaliação dos riscos relativos a eficácia e eficiência das operações.		X			
Identificação e avaliação dos riscos relativos a salvaguarda do património.			X		
Identificação e avaliação dos riscos relativos a obediência a leis, regulamentos e contractos.			X		
Gestão dos riscos associados ao exercício das atividades de gestão.			X		
Segurança objetiva acerca da eficácia das atividades de gestão de risco da empresa.		X			
Segurança de que os principais riscos operacionais estão a ser geridos de forma apropriada e que os sistemas de controlo interno estão a funcionar eficazmente.		X			

**Fonte:** Elaboração própria

Pelas razões apontadas conclui-se que antes da implementação da Auditoria Interna, a empresa não estava preparada para enfrentar os riscos intrínsecos ao ambiente de

negócio que se vive atualmente e muito menos identificar possíveis riscos. Era necessário que a empresa melhorasse os processos internos que iam de encontro a esses aspetos.

## **2.2 Situação da empresa depois da Auditoria Interna**

Perante tal situação retratada no subcapítulo 2.1, a empresa chegou a conclusão que era necessário melhorar alguns processos internos para melhor a gestão de riscos, o que culminou com a criação do Departamento de Auditoria Interna, reconhecendo desta feita a importância deste instrumento de controlo e apoio à gestão.

É de realçar que a implementação da Auditoria Interna contribui de forma evidente para a melhoria da gestão de riscos na empresa em análise, com impacto direto na prevenção de perdas e na identificação de instrumentos de melhoria da gestão de riscos e da organização em geral. Desta feita, pode-se confirmar o disposto em 3.1 do capítulo anterior que Auditoria Interna tem que avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria da gestão de riscos e a afirmação de Moraes (op.cit) em 3.1 que Auditoria Interna contribui pela redução de riscos.

A Auditoria Interna tem uma maior atuação na melhoria de gestão de riscos nas áreas críticas da empresa (uma das responsabilidades da Auditoria Interna abordada em 3.1 do capítulo I), que envolvem riscos com potenciais impactos sobre a prossecução dos objetivos da empresa. É sabido que o cumprimento dos objetivos e respetivas estratégias traçadas por uma empresa são cruciais para a sua sobrevivência ou boa saúde. Neste sentido, a Auditoria Interna figura como decisiva na medida em que contribui para fornecer a empresa elementos que apontam possíveis riscos, podendo esses serem combatidos atempadamente e sem prejuízos para a execução dos objetivos.

Por outro lado, foram apontadas ao inquirido um conjunto de atividades, tendo em vista o papel da Auditoria Interna relativamente à gestão de riscos. Tais atividades foram avaliadas tendo em conta as seguintes classificações:

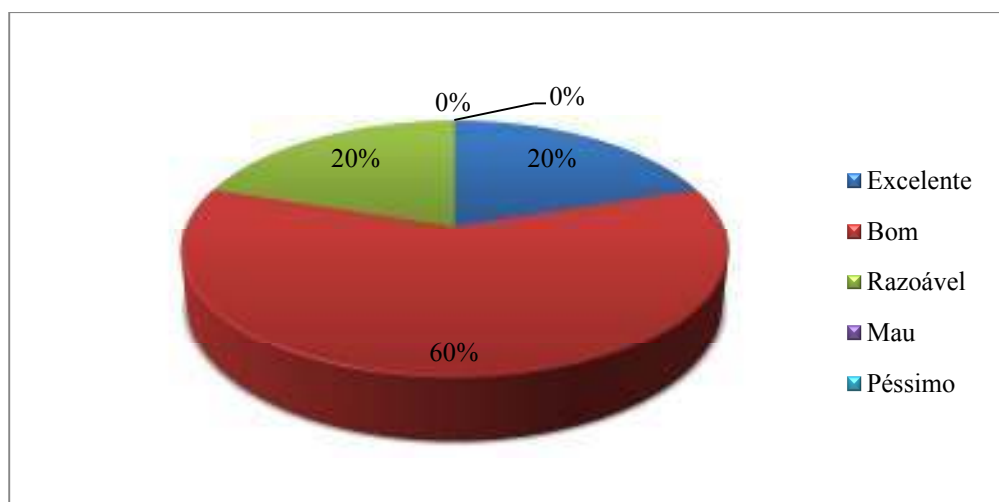


- ❖ 1-Péssimo;
- ❖ 2- Mau;
- ❖ 3- Razoável;
- ❖ 4- Bom;
- ❖ 5- Excelente.

Verifica-se, segundo o Gráfico II, que após a implementação da Auditoria Interna a empresa conseguiu melhorar o processo de identificação, avaliação e gestão de riscos. Nota-se que a maioria dos parâmetros é avaliada em bom, com 60%, seguido de excelente e razoável, com 20% respetivamente. Portanto, é notória a diferença entre os parâmetros após a implementação do instrumento de análise, gestão e avaliação de riscos. Se antes 60% dos parâmetros eram avaliados como razoável, depois 60% dos parâmetros passaram a ser avaliados como bom.

**Gráfico II**

**Avaliação de parâmetros após a implementação da Auditoria Interna**



O quadro que se segue traduz os diferentes parâmetros que foram avaliados após a implementação da Auditoria Interna, nomeadamente: exposição a riscos, avaliação e monitorização da eficácia do sistema de gestão de riscos corporativo, identificação e avaliação de fatores de riscos associados a fraudes e a forma como a empresa os

gere, identificação e avaliação de riscos relativos a eficácia e eficiência das operações, entre outros.

**Quadro IV**

**Atividades e contributos da Auditoria Interna relativamente à gestão de riscos**

ATIVIDADES E CONTRIBUTOS DE AUDITORIA INTERNA RELATIVAMENTE À GESTÃO DE RISCOS	1	2	3	4	5
A Auditoria Interna identifica e avalia exposições significativas a riscos e contribui para a melhoria do sistema de gestão de riscos da empresa.				X	
A Auditoria Interna avalia e monitora a eficácia do sistema de gestão de riscos corporativos.					X
A Auditoria Interna identifica e avalia os fatores de risco de fraudes e a forma como a empresa os gere.					X
A Auditoria Interna avalia os riscos relativos a fidelidade e integridade das informações financeiras				X	
A Auditoria Interna identifica e avalia os riscos relativos a eficácia e eficiência das operações.				X	
A Auditoria Interna identifica e avalia os riscos relativos a salvaguarda do património.				X	
A Auditoria Interna identifica e avalia os riscos relativos a obediência às leis, regulamentos e contrato.				X	
A Auditoria Interna contribui de forma significativa para reduzir os riscos associados ao exercício das atividades de gestão.				X	
A Auditoria Interna no processo de gestão de risco fornece segurança objetiva acerca da eficácia das atividades da gestão de riscos da organização.			X		
A Auditoria Interna contribui para assegurar que os principais riscos operacionais estão a ser geridos de forma apropriada e que os sistemas de controlo interno estão a funcionar eficazmente.			X		

**Fonte:** Elaboração própria

Relativamente ao processo de gestão de risco da empresa o auditor interno não tem qualquer intervenção neste domínio, para manter a independência. Em consideração ao que foi abordado em 3.1 do capítulo anterior, fica confirmado a não assunção da responsabilidade da gestão de risco pelo auditor.

Por outro lado, a avaliação dos riscos da empresa assume papel importante na medida em que auxilia no planeamento dos trabalhos a realizar.

O planeamento é fundamental para a eficácia de uma boa administração. É necessário que os objetivos estejam bem definidos, caso contrário não será possível fazer planos para alcançá-los, apenas sabemos por onde começar, mas nem imaginamos os próximos passos da empresa. Este deve ser feito em consonância com a realidade. No entanto, é preciso ter em mente que é necessário que se defina nesse processo planos realísticos, capazes de serem realizados e os riscos associados aos mesmos. Daí a relevância da Auditoria Interna nesse sentido.

Pelas razões apontadas acima, conclui-se que a Auditoria Interna conferiu à empresa segurança razoável, proporcionando mais certeza nos processos implementados, tendo em vista a realização eficiente dos objetivos e metas económicas.

Após a implementação da Auditoria Interna, a empresa pode efetivar a correta identificação e avaliação de riscos associados a distorção material devido a fraude ou erro, a nível das demonstrações financeiras e a nível de asserção, através do conhecimento da entidade e o do seu ambiente, incluindo o seu controlo interno, proporcionando assim uma base para conceber e implementar respostas aos riscos de distorção material avaliados. Portanto, a empresa conseguiu melhorar os processos internos de forma a melhor responder os riscos intrínsecos associados ao ambiente de negócio que se vive atualmente.

### **CAPÍTULO III – Considerações finais**

Pode-se inferir que a atividade de Auditoria Interna no âmbito da gestão de riscos é reconhecida como um importante instrumento de controlo e apoio à gestão pela empresa cabo-verdiana analisada e vem contribuindo para a melhoria da gestão de risco da empresa e a concretização dos seus objetivos, possibilitando uma melhor Gestão de riscos com impacto direto na redução e prevenção de perdas e dos riscos a que a empresa está exposta, proporcionando-a uma segurança sobre a sua eficácia face aos riscos.

Portanto, a hipótese deste trabalho fica assim confirmada: a Auditoria Interna é mesmo uma ferramenta eficaz para a melhoria da gestão de riscos numa empresa.

Os objetivos que norteiam a pesquisa foram paulatinamente alcançados ao longo do desenvolvimento dos subcapítulos que constituem a pesquisa.

O auditor interno perante a gestão de riscos avalia as exposições ao risco relativas à governação da organização e sistemas de informação, a possibilidade da ocorrência de fraude e a forma como a organização gere o risco de fraude, observando a consistência dos riscos com os objetivos do trabalho e auxiliando a gestão no estabelecimento ou no aperfeiçoamento dos processos de gestão do risco.

A Auditoria Interna proporciona vantagens como melhoria nos processos internos de forma a melhor responder os riscos intrínsecos associados ao ambiente de negócio que se vive atualmente e a própria melhoria no desempenho dos órgãos da gestão.

Retomando a pergunta de partida da pesquisa: *De que forma a Auditoria Interna contribui para a melhoria da Gestão de riscos numa empresa cabo-verdiana*, responde-se;

- Identifica áreas vulneráveis aos riscos significativos da empresa e os potenciais riscos de fraude da empresa;

- Avalia a forma como a gestão gere os riscos identificados;
- Avalia as exposições ao risco relativas à governação da organização e sistemas de informação;
- Avalia a possibilidade da ocorrência de fraude e a forma como a organização gere o risco de fraude;
- Observa a consistência dos riscos com os objetivos do trabalho e fica alerta para outros riscos relevantes;
- Auxília a gestão no aperfeiçoamento dos processos de gestão do risco;
- Desenvolve planos e sugestões de melhorias que fornecem segurança razoável e garantia à administração de que os riscos estão sendo eficazmente geridos.

Tendo constatado uma necessidade de aprimoramento da Auditoria Interna em Cabo Verde e uma carência de manuais de Auditorias em Língua Portuguesa em especial manuais que abordam temáticas relacionadas ao tema de pesquisa e não só, recomenda-se:

- O aperfeiçoamento da Auditoria Interna nas empresas cabo-verdianas, pela vantagem e contributo notórios que vem conferindo nos diversos aspetos;
- Recrutamento dos mais variados livros de Auditorias em Língua portuguesa, pela contribuição que conferirão aos demais pesquisadores nas futuras investigações a partir de recortes temáticos;
- Necessidade de continuidade da pesquisa mais aprofundada sobre o tema Auditoria Interna em Cabo Verde, não esgotando assim a pesquisa.

Ao longo da pesquisa foram encontradas várias limitações e dificuldades desde a definição do tema que realmente confere interesse na pesquisa, à elaboração do projeto, o encontro de bibliografias que abordam o tema de pesquisa e de empresas que disponibilizem dados e até mesmo limitações e dificuldades na redação do trabalho pelo respeito às regras e seleção de metodologia adequada de pesquisa, transformando este TFC num “desafio”. Entretanto, não receio anunciar a satisfação em vencer o desafio e o quão interessante foi realizar esta pesquisa.

## CAPÍTULO IV - Referências

### LIVROS:

- ALMEIDA, José Joaquim Marques (2000). *Auditoria Previsional e Estratégica*;
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti (1996). *Um curso moderno e completo* (5ª edição). Atlas São Paulo;
- ATTIE, Willian (1992). *Auditoria Interna* (1ª edição). São Paulo;
- BELL, J. (2002). *Como realizar um projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora
- CAMPENHOUDT, Raymond Quivy Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª edição). Lisboa;
- COSTA, Carlos Baptista (1995). *Revisores Oficiais de Contas: Principais Preceitos Jurídicos e técnicos* (1ª edição). Rei dos Livros;
- \_\_\_\_\_. *Auditoria Financeira: Teoria e Prática* (6ª edição). Rei dos Livros, 1998;
- GIL, António de Loureiro (1999). *Auditoria Operacional e de Gestão* (4ª edição). Atlas São Paulo;
- MARÇAL, Nelson & MARQUES, Fernando Luís (2011). *Manual de Auditoria e Controlo Interno no sector Público* (1ª edição);
- MARQUES, Madeira (1997). *Auditoria e Gestão* (1ª edição). Lisboa;
- MORAIS, Georgina & MARTINS, Isabel (1997). *Auditoria Interna: Função e processo* (1ª edição). Lisboa;
- MOREIRA, Daniel Augusto (2002). *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson;
- NABAIS, Carlos (1988). *Noções Práticas de Auditoria* (1ª edição). Lisboa;
- PINHEIRO, Joaquim Leite (2010). *Auditoria Interna* (2ª edição);
- QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT Luc van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª edição). Lisboa
- SILVA, Dr. João Costa [et al.] (2000). *Auditoria Bancária* (1ª edição).

### NORMAS

- IFAC (2010). *Normas Internacionais de Auditoria e de Controlo de Qualidade*;
- IIA (2009). *Enquadramento internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna*;
- COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (1994) - *Internal Control – Integrated Framework* (Jersey City);

### FONTES WWW:

- <http://pt.scribd.com/doc/33453811/ANALISE-QUALITATIVA-DE-DADOS>
- [http://opacc.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=60&Itemid=1m09](http://opacc.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=1m09)
- [http://ec.europa.eu/europeaid/what/economic-support/public-finance/documents/cap\\_vert\\_pefa\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/what/economic-support/public-finance/documents/cap_vert_pefa_pt.pdf)
- <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/auditoria-interna-organizacoes.htm>
- [WWW.INE.CV](http://WWW.INE.CV)
- [www.opacc.cv](http://www.opacc.cv)
- [http://www.worldbank.org/ifa/rosc\\_aa.html](http://www.worldbank.org/ifa/rosc_aa.html)

### MENSAGENS ELECTRÓNICAS

- TAVARES, César. 08 de Dezembro de 2012. *Documentos de apoio*. [Ana76martins@hotmail.com](mailto:Ana76martins@hotmail.com). Acesso em 09 de Dezembro de 2012;
- MELO, Amílcar. 17 de Abril de 2013. *Doc.BM*. [ana76martins@hotmail.com](mailto:ana76martins@hotmail.com). Acesso em 17 de Abril de 2013. Comunicação pessoal.

### INFORMAÇÃO VERBAL

- PINA, João. *Auditoria Interna em Cabo Verde*. INE, 30 de Janeiro de 2013.

**ANEXOS**



**ANEXO A - Plano de estudo para Licenciatura *Bi-Etápica* em Contabilidade e Administração no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE)**

(Continua)

<b><i>1º Ano</i></b>	<b><i>Carga horária</i></b>
Estatística I (A)	1,5
Matemática (A)	4,5
Introdução ao Direito (S)	3
Direito das Empresas (S)	3
Economia I (A)	4,5
Sistemas de Informação (A)	3
Introdução às Ciências Sociais (A)	3
Contabilidade Financeira I (A)	4,5
Inglês I (A)	1,5
<b><i>2º Ano</i></b>	
Cálculo Financeiro (A)	3
Investigação Operacional (A)	3
Direito Comercial (S)	3
Direito Fiscal (S)	3
Economia II (A)	3
Marketing e Logística (S)	3
Gestão Estratégica (S)	3
Contabilidade Financeira II (A)	4,5
Contabilidade de Custos e Gestão I (A)	4,5
Inglês II (A)	1,5
<b><i>3º Ano</i></b>	
Estatística II (A)	3
Direito Fiscal Aplicado (A)	3
Gestão Financeira (A)	3
Gestão de Recursos Humanos (S)	1,5
Ética e Comportamento Organizacional (S)	1,5
Contabilidade Financeira III (A)	3
Contabilidade de Custos e Gestão II (A)	1,5
Auditoria (A)	3
Inglês Técnico (A)	1,5
PSE -Projecto de Simulação Empresarial (A)	6

<b>4º ANO</b>			
<b>RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO</b>		<b>RAMO: AUDITORIA</b>	
Métodos Quantitativos (A)	<b>3</b>	Estatística Aplicada (S)	<b>3</b>
Política Económica (S)	<b>3</b>	Métodos de Previsão (S)	<b>3</b>
Economia Internacional (S)	<b>3</b>	Política Económica (S)	<b>3</b>
Administração Financeira Assistida Computador (S)	<b>3</b>	Economia Internacional (S)	<b>3</b>
Administração Financeira (A)	<b>4,5</b>	Contabilidade Financeira Avançada (A)	<b>4,5</b>
Controlo Financeiro (A)	<b>3</b>	Contabilidade de Gestão Avançada (A)	<b>4,5</b>
Contabilidade Financeira Avançada (A)	<b>4,5</b>	Auditoria Financeira (A)	<b>3</b>
Contabilidade de Gestão Avançada (A)	<b>4,5</b>	Auditoria Interna e Operacional (A)	<b>3</b>
		Auditoria Informática (S)	<b>3</b>
		Auditoria de Gestão e Previsional (S)	<b>3</b>

**ANEXO B - Empresas com contabilidade organizada em Cabo Verde**

Ilhas	NÚMERO DE EMPRESAS COM CONTABILIDADE			
	IIIRE 2007	IAE 2008	IAE 2009	IAE 2010
SANTO ANTÃO	44	54	94	107
SÃO VICENTE	461	497	565	610
SÃO NICOLAU	21	28	33	39
SAL	404	485	512	554
BOA VISTA	57	101	128	169
MAIO	15	17	28	25
SANTIAGO	857	987	1.179	1.417
FOGO	19	17	25	26
BRAVA	9	10	10	11
<b>Total</b>	<b>1.888</b>	<b>2.196</b>	<b>2.573</b>	<b>2.958</b>

Fonte: INE

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - Questionário I

Na sequência da licenciatura em Contabilidade e Administração, ramo Auditoria no Instituto Superior das Ciências Económicas e Empresariais – ISCEE, um dos requisitos exigidos, consta a elaboração do Trabalho Final do Curso/Monografia.

Este inquérito visa recolher informações da empresa **antes** da implementação de **Auditoria Interna**.

Para os devidos efeitos, informa-se que os dados disponíveis serão confidenciais e servirão unicamente para fins pedagógicos, pelo que agradecia a vossa colaboração.

**1. Antes da implementação de Auditoria Interna, qual era o nível de riscos da empresa?**

- Baixo ☐ Médio ☐ Alto ☐ Qual? \_\_\_\_\_

**2. A empresa identificava e avaliava as exposições e factores de riscos significativos?**

- Sim. ☐ Quem foi o responsável pela identificação e avaliação?  
\_\_\_\_\_
- Não. ☐ Porquê? \_\_\_\_\_

**3. Os riscos eram geridos eficazmente?**

- Sim ☐ Por quem? \_\_\_\_\_
- Não ☐ Porquê? \_\_\_\_\_

**4. Qual foi a área que apresentava maior exposição aos riscos?**

- Operacional ☐ Porquê? \_\_\_\_\_
- Financeira ☐ Porquê? \_\_\_\_\_
- Outra ☐ Qual? \_\_\_\_\_ Porquê? \_\_\_\_\_

**5. Qual das seguintes situações podia ser considerado o elevado factor de risco e indicativo do aumento da probabilidade da ocorrência de erros, irregularidades ou fraude:**

- A mudança de dirigentes na sequência de uma reorganização. ☐
- A rápida rotação de responsáveis financeiros. ☐
- Uma expansão rápida em novos mercados. ☐
- Uma auditoria da DGCI referente a reembolsos do IVA. ☐

6. Atendendo as classificações: **1.** Péssimo **2-** Mau, **3-** Razoável, **4-** Bom, **5-** Excelente, avalie as seguintes actividades relativamente a gestão de riscos antes da implementação de Auditoria Interna na empresa, assinalando com uma cruz, na coluna correspondente a sua opinião.

<b>ATIVIDADES RELATIVAMENTE A GESTÃO DE RISCOS ANTES DA AUDITORIA INTERNA</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Identificação e avaliação das exposições significativas a riscos.					
Avaliação e monitorização da eficácia do sistema de gestão de riscos corporativos.					
Avaliação dos factores de riscos de fraudes relevantes e a forma como a empresa os geriam.					
Avaliação de riscos relativos a fidelidade e integridade da informação financeira.					
Identificação e avaliação dos riscos relativos a eficácia e eficiência das operações.					
Identificação e avaliação dos riscos relativos a salvaguarda do património.					
Identificação e avaliação dos riscos relativos a obediência, a leis, regulamentos e contratos.					
Gestão dos riscos associados ao exercício das actividades da gestão.					
Segurança objectiva acerca da eficácia das actividades de gestão de riscos da empresa.					
Segurança de que os principais riscos operacionais estavam a ser geridos de forma apropriada e que os sistemas de controlo interno estavam a funcionar eficazmente.					

**7. Sucintamente dê a sua opinião sobre a gestão do risco da empresa antes da implementação de Auditoria Interna?**

---

---

---

---

---

---

---

**Muito obrigada pela vossa colaboração!**

## APÊNDICE B - Questionário II

Na sequência da licenciatura em Contabilidade e Administração, ramo Auditoria no Instituto Superior das Ciências Económicas e Empresariais – ISCEE, um dos requisitos exigidos, consta a elaboração do Trabalho Final do Curso/Monografia.

Este inquérito visa recolher informações da empresa **após** a implementação de **Auditoria Interna**.

Para os devidos efeitos, informa-se que os dados disponíveis serão confidenciais e servirão unicamente para fins pedagógicos, pelo que agradecia a vossa colaboração.

*Das questões a seguir, escolha a resposta que melhor se adequa à **Auditoria Interna** e **gestão de riscos** da sua empresa.*

### 1. Quando é que a empresa criou o departamento de Auditoria Interna?

- Após o início da actividade da empresa. ☐
- Somente após o reconhecimento da sua importância, para a empresa. ☐
- Outro ☐ Quando? \_\_\_\_\_

### 2. Consideras que a Auditoria Interna é uma ferramenta eficaz para promover a redução do risco de gestão e facilitar a sua gestão?

- Sim. ☐
- Não. ☐ porquê? \_\_\_\_\_

### 3. A empresa reconhece o contributo da Auditoria Interna na melhoria da gestão de riscos?

- Sim. O contributo é evidente. ☐
- Não é relevante o seu contributo neste domínio. ☐

### 4. Que impacto teve a implementação da Auditoria Interna na melhoria da gestão de riscos da empresa?

- Positivo, com implicações na prevenção de perdas e na identificação de instrumentos de melhoria da gestão de riscos e da organização em geral. ☐



- Negativo, sem implicações no próprio valor das operações e na organização em geral, aumentando os riscos. ☐
- Não se verifica qualquer impacto na melhoria da gestão de riscos da empresa. ☐

**5. Em que área específica a Auditoria Interna tem uma maior actuação na melhoria da gestão de riscos da empresa?**

- Financeira, por ser a área mais vulnerável da empresa. ☐
- Operacional, por envolver as transacções da empresa. ☐
- Áreas críticas da empresa, que envolvem riscos com potenciais impactos sobre a prossecução dos objectivos da empresa. ☐
- Outra ☐ Qual? \_\_\_\_\_

**6. Atendendo as classificações: 1-Péssimo, 2-Mau, 3-Razoável, 4-Bom, 5-Excelente, avalie as seguintes afirmações, assinalando com uma cruz na coluna correspondente a sua opinião.**

<b>ATIVIDADES E CONTRIBUTOS DA AUDITORIA INTERNA RELATIVAMENTE À GESTÃO DE RISCOS</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
A Auditoria Interna identifica e avalia exposições significativas a riscos e contribui para a melhoria do sistema de gestão de riscos da empresa.					
A Auditoria Interna avalia e monitora a eficácia do sistema de gestão de riscos corporativos.					
A Auditoria Interna identifica e avalia os factores de risco de fraudes e a forma como a empresa os gere.					
A Auditoria Interna avalia os riscos relativos a fidelidade e integridade das informações financeiras.					

A Auditoria Interna identifica e avalia os riscos relativos a eficácia e eficiência das operações.					
A Auditoria Interna identifica e avalia os riscos relativos a salvaguarda do património.					
A Auditoria Interna identifica e avalia os riscos relativos a obediência às leis, regulamentos e contrato.					
A Auditoria Interna contribui de forma significativa para reduzir os riscos associados ao exercício das actividades de gestão.					
A Auditoria Interna no processo de gestão de risco fornece segurança objectiva acerca da eficácia das actividades de gestão de risco da organização.					
A Auditoria Interna contribui para assegurar que os principais riscos operacionais estão a ser geridos de forma apropriada e que os sistemas de controlo interno estão a funcionar eficazmente.					

**7. Relativamente ao processo de gestão de risco da empresa, que papel o auditor interno pode assumir?**

- Ser o coordenador do processo. ☐
- Estar profundamente envolvido mas, sem ser coordenador. ☐
- Não ter qualquer intervenção neste domínio, para manter a independência. ☐
- Apenas identificar e avaliar as exposições ao risco. ☐

**8. Que importância tem a avaliação dos riscos da empresa, pelo auditor interno?**

- Planear os trabalhos a realizar. ☐
- Decidir a dimensão das amostras. ☐
- Definir a profundidade dos testes. ☐
- Apoiar a elaboração dos relatórios do controlo interno. ☐

**9. Qual das seguintes situações pode ser considerada um elevado factor de risco e indicador do aumento da probabilidade da ocorrência de erros, irregularidades ou fraude?**

- A mudança de dirigentes na sequência de uma reorganização. ☐
- A rápida rotação de responsáveis financeiros. ☐
- Uma expansão rápida em novos mercados. ☐
- Uma auditoria da DGCI aos reembolsos do IVA. ☐

**10. Qual das seguintes situações descreve melhor a finalidade de a auditoria interna rever os processos de gestão de risco, controlo e governação de uma organização?**

- Ajudar a determinar a natureza, período e extensão dos testes necessários para atingir os objectivos do trabalho. ☐
- Assegurar que as fraquezas do controlo interno serão corrigidas. ☐
- Fornecer segurança razoável de que os processos implementados permitem à organização atingir os seus objectivos e metas económica e eficientemente. ☐
- Determinar se os processos seguidos asseguram que os registos contabilísticos estão correctos e que as declarações financeiras são apropriadas. ☐

**11. Sucintamente dê a sua opinião sobre o contributo da Auditoria interna para a melhoria da gestão do risco numa empresa?**

---

---

---

---

---

**Muito obrigada pela vossa colaboração!**